

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**EU CONTO, TU CONTAS, ELE CONTA: USOS E SENTIDOS DAS
NARRATIVAS NA LUTA ANTIMANICOMIAL**

BÁRBARA VITOR DE AQUINO E SOUZA

VILA VELHA-ES
MAIO/ 2021

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**EU CONTO, TU CONTAS, ELE CONTA: USOS E SENTIDOS DAS
NARRATIVAS NA LUTA ANTIMANICOMIAL**

Dissertação apresentada à Universidade
Vila Velha, como pré-requisito do
Programa de Pós-graduação em
Sociologia Política para a obtenção do
grau de Mestra em Sociologia Política.

BÁRBARA VITOR DE AQUINO E SOUZA

VILA VELHA-ES
MAIO/ 2021

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

S729e

Souza, Bárbara Vitor de Aquino.

Eu conto, tu contas, ele conta : usos e sentidos das narrativas na luta antimanicomial / Bárbara Vitor de Aquino e Souza. – 2021.

63 f. : il.

Orientador: Diogo Silva Corrêa.

Dissertação (mestrado em Sociologia Política) - Universidade Vila Velha, 2021.

Inclui bibliografias.

1. Sociologia Política. 2. Relações humanas. 3. Narrativa (Retórica)
4. Afeto (psicologia). I. Corrêa, Diogo Silva. II. Universidade Vila Velha. III. Título.

CDD 306.2

BARBARA VITOR DE AQUINO E SOUZA

**EU CONTO, TU CONTAS, ELE CONTA: USOS E SENTIDOS DAS
NARRATIVAS NA LUTA ANTIMANICOMIAL**

Dissertação apresentada à Universidade
Vila Velha, como pré-requisito do
Programa de Pós-graduação em
Sociologia Política para a obtenção do
grau de Mestra em Sociologia Política.

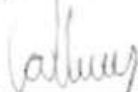
Aprovada em 25 de maio de 2021.

Banca Examinadora:



Diogo Silva Corrêa

Universidade Vila Velha (UVV) (Orientador)



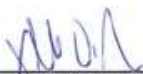
Matheus Mazzilli Pereira

Centro de Estudos da Metrópole (CEM)



Cristiano Rodrigues

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)



Pablo Ornelas Rosa

Universidade Vila Velha (UVV)

AGRADECIMENTOS

O percurso de pesquisa em muitas instâncias pode ser muito solitário. Coexistente a isso, também é muito potente e rico pelas conexões que são feitas, as experiências vivenciadas junto ao campo e a possibilidade de escutar muitas histórias. São muitas histórias atravessam essa dissertação, tal como a minha.

Queria iniciar esse momento agradecer por um encontro, que também perpassa a minha história, e me leva a mobilizar os nomes que uso para me referir aos meus interlocutores – que são nomes dos moradores da Residência Terapêutica que estagiei em 2017. A cada um destes que me permitiram ser companheira por um ano, que compartilharam comigo suas histórias e experiências. Essa experiência me ensinou, sobretudo, sobre escuta. Aos profissionais e moradores da Residência Municipal da Grande Vitória, fica meu imenso agradecimento.

Gostaria de agradecer ao meu fiel orientador e companheiro de pesquisa, Matheus Mazzilli Pereira, que embora não assine esse texto como orientador por questões burocráticas, foi quem acreditou em mim, na minha percepção e nas histórias que eu levava a ele. Certamente eu não conseguiria passar por esse percurso sem sua paciência, confiança, disponibilidade e objetividade. Sou grata por aprender mais que a elaborar e desenvolver um projeto de pesquisa, mas aprendi sobre orientação, estar ao lado. Ao professor Diego Corrêa, pela companhia, risadas e discussões, mas sobretudo, por acreditar no meu trabalho e me acolher nessa reta final simbolicamente como orientanda, sou grata por esse encontro e caminhada.

Aos meus tantos amigos queridos, que estiveram ao meu lado escutando lamurias, resmungos, mas que sempre vibraram comigo a cada conquista. Yasmin Fernandes, por ser um respiro e acolhimento nesse espaço acadêmico que muitas vezes é tão violento. Murilo Kill, entre tantas outras coisas, por ter a disponibilidade de ler minha dissertação aos 45 do segundo tempo; Priscila Gama e Danny Borges, que além de companheiras de lutas, foram e são indispensáveis para meu desenvolvimento enquanto mulher negra, enquanto pesquisadora e profissional; Manuela Blanc, entre tantas outras coisas, por ser figura importantíssima no meu percurso acadêmico. Por me apresentar a

pesquisa, me ensinar, impulsionar, e sobretudo, por me incentivar a ingressar nesse programa.

Aos membros e participantes do Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial/ES e do Encontro Nacional da Luta Antimanicomial (2019), cujos encontros e experiências deram o tom para esse trabalho, o tom, a voz e a percepção. A luta antimanicomial me inspira, e sua ética é uma diretriz que levo para minha vida, à níveis profissionais e pessoais.

Agradeço à minha querida avó Dona Onice Vitor, que mesmo às vezes sem entender o que eu fazia, sempre me lembrava de como se orgulhava da minha trajetória. Em especial, em memória ao meu avô Wilde Aquino, eu sou grata por ter produzido em mim, o amor pela leitura e escrita.

E a Bel Castilho, minha talentosa companheira, que ainda que não tenha acompanhado esse percurso desde o início, o cuidado de sua escuta, apoio e presença na minha vida, foram fundamentais para que eu tivesse saúde e forças para finalizar essa dissertação. Obrigada, por acreditar em mim quando eu não acreditei.

Outros nomes e motivos não ditos tem importância tamanha ou igual para esse percurso que a partir de agora, apresento a vocês. A todos vocês, que participaram direta e indiretamente desse percurso, meu sincero e singelo agradecimento.

RESUMO

SOUZA, BARBARA VITOR DE AQUINO E, M.Sc, Universidade Vila Velha – ES, maio de 2021. **Eu conto, tu contas, ele conta: usos e sentidos das narrativas na Luta Antimanicomial.** Orientador: Diogo Silva Corrêa

Este trabalho propõe uma investigação acerca dos usos e sentidos produzidos pelas narrativas mobilizadas nos espaços de fala e escuta da luta antimanicomial. Através de técnicas de observação participante e entrevistas semiestruturadas, propomos compreender como as narrativas afetam questões como reforço e sentido da agência, reorganização das percepções e afetos que envolvem o sujeito e o seu espaço social, cidadania e conscientização coletiva. Para tal, partimos dos estudos sobre as emoções e narrativas na sociologia dos movimentos sociais. Em um segundo momento, mobilizamos alguns pensadores que têm em comum o debate acerca dos usos das narrativas para a criação de realidades, seja através dos dispositivos discursivos que orientam as relações normatizadas e violentas da sociedade colonial capitalista, seja através da potência que existe na emergência de falas que transgridam essa norma. Esse percurso mostrou-se importante para a compreender esse fazer antimanicomial atrelado aos espaços de fala e escuta e a potência das narrativas que neles emergem para o processo de autonomia e cuidado si dos sujeitos.

Palavras-chave: narrativas; luta antimanicomial; afetos; conscientização.

ABSTRACT

SOUZA, BÁRBARA VITOR DE AQUINO E, M.Sc, University of Vila Velha – ES, may de 2021. **I tell, you tell, he tells: uses and meanings of narratives in the Anti-asylum movement.** Advisor: Diogo Silva Corrêa.

This work proposes an investigation about the uses and meanings produced by the narratives mobilized in the spaces of speech and listening of the anti-asylum movement. Through participant observation techniques and semi-structured interviews, we propose to understand how the narratives affect issues such as reinforcement and sense of agency, reorganization of the perceptions and affects that involve the subject and their social space, citizenship and collective awareness. For that, we started from the studies on emotions and narratives in the sociology of social movements. In a second moment, we mobilized some thinkers who have in common the debate about the uses of narratives for the creation of realities, either through the discursive devices that guide the normatized and violent relations of the capitalist colonial society, or through the power that exists in the emergency of speeches that violate this norm. This path proved to be important to understand these anti-asylum practices linked to the spaces of speech and listening and the power of the narratives that emerge in them for the process of autonomy and self-care of the subjects.

Keywords: narratives; anti-asylum movement; affection; awareness;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. EMOÇÕES NA SOCIOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: TRABALHO EMOCIONAL E NARRATIVAS.....	7
1.1 TRABALHO EMOCIONAL: POTENCIALIZAR OS AFETOS	10
1.2 OS EFEITOS DO TRABALHO EMOCIONAL: IDENTIDADE E AGÊNCIA.	12
1.2.1 Identidade Engajamento, Vergonha e Orgulho.....	12
1.2.2 Reforço do Sentido de Agência.....	15
1.3 ESTRATÉGIAS DE TRABALHO EMOCIONAL.....	17
1.3.1 Redirecionar o Olhar	17
1.3.2 Fortalecer as Redes Íntimas.....	20
1.3.3 Fomentar Encontros de Massa.....	21
1.3.4 Contar Histórias	22
2. NARRATIVAS: USOS, SIGNIFICADOS E PRODUÇÕES	24
2.1 DISCURSO E PODER A PARTIR DA PERSPECTIVA FOUCAULTIANA	25
2.2 A PERSPECTIVA ESQUIZOANALÍTICA: RESISTÊNCIAS, AFETAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS	30
2.3 O PENSAMENTO DE BELL HOOKS: SOBRE USOS E SENTIDOS DAS NARRATIVAS	36
3. A LUTA ANTIMANICOMIAL ME CONVIDA A ESCUTAR HISTÓRIAS.....	40
3.1 ONDE E QUANDO CONTAR HISTÓRIAS?.....	41
3.2 QUEM CONTA HISTÓRIAS?.....	43
3.3 POR QUE CONTAR HISTÓRIAS?	45
3.4 O QUE AS HISTÓRIAS PRODUZEM?	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS.....	62

INTRODUÇÃO

A partir da virada cultural no campo de estudo dos movimentos sociais, as literaturas mais recentes produzidas, sobretudo as dos últimos vinte anos, vêm destacando a relevância da esfera dos afetos para apreender a complexidade que atravessa a luta política. Partindo em diálogo com essas produções, esse projeto se propõe, em princípio, apreender a dinâmica de trabalho emocional (HOSCHILD, 1978) e investigar seus usos no interior do movimento da luta antimanicomial. Nessa trajetória – e aqui é importante entender esse projeto enquanto um percurso de pesquisa, antes de uma relação concreta de problema-objeto -, encontramos nas narrativas mobilizadas pelos ativistas uma forma de delimitar parte da dimensão simbólica existente na relação entre ativistas e movimentos. As narrativas (apresentadas pelos próprios ativistas) são ferramentas importantes para compreendermos como os sujeitos elaboram essa relação e como estes são ou não afetados pelas histórias de outrem.

Assim, o projeto propõe uma investigação sobre os significados de contar e escutar histórias para os atores dos movimentos sociais. Ou seja, como esse sujeito, ao contar sua história, reconstrói a mesma a partir de sua inserção no ativismo e como, para esses ativistas, o ato de ouvir histórias é importante para a construção de sentido no movimento da luta antimanicomial.

A luta antimanicomial é um movimento internacional, que tem como sua reivindicação a desinstitucionalização e fechamento dos hospitais psiquiátricos, tal como combater os dispositivos discursivos de saber/poder que fazem manutenção da práxis manicomialista. Ela é composta principalmente por trabalhadores, familiares e usuários dos serviços de saúde mental. O movimento toma corpo no Brasil em meados da década de 1970. No contexto do processo de redemocratização e influenciado pelo movimento da reforma psiquiátrica italiana, a luta antimanicomial nasce, no Brasil, como uma luta de trabalhadores e trabalhadoras da saúde mental, que denunciavam as violências e negligências vividas pelos julgados “loucos” (AMARANTE, 1995). A luta antimanicomial brasileira tem como marco inicial a 1ª Carta de Bauru, elaborada em 1987:

Nossa atitude marca uma ruptura. Ao recusarmos o papel de agente da exclusão e da violência institucionalizadas, que desrespeitam os mínimos direitos da pessoa humana, inauguramos um novo compromisso. Temos claro que não basta racionalizar e modernizar os serviços nos quais trabalhamos. O Estado que gerencia tais serviços é o mesmo que impõe e sustenta os mecanismos de exploração e de produção social da loucura e da violência. O compromisso estabelecido pela luta antimanicomial impõe uma aliança com o movimento popular e a classe trabalhadora organizada (CARTA DE BAURU, 1987, p.1).

Nesse processo de internação, o louco era considerado um sujeito da des-razão, dito incapacitado por sua condição de doente, alheio às regras sociais. Assim, a psiquiatria se apropria desse louco e controla sua internação. De acordo com Amarante (1995), a reforma psiquiátrica (marcada pela Lei nº 10.216/2000) pode ser considerada um processo histórico de formulação crítica e prática que objetiva o questionamento do modelo clássico de psiquiatria, objetivando elaborar propostas de transformação deste paradigma psiquiátrico. Assim, a luta antimanicomial e sua defesa da Reforma Psiquiátrica se posiciona através de uma narrativa contra-hegemônica, uma oposição ao discurso científico dominante, tido como discurso de verdade.

Foram mais de três décadas de luta do movimento antimanicomial para que a reforma psiquiátrica fosse implementada no Brasil em 2001. Essas lutas reivindicaram a descentralização do hospital psiquiátrico – este compreendido pelo movimento como dispositivo para higienização e exclusão social de sujeitos não-normativos - e propunham uma nova forma de cuidado, integrada à sociedade.

A reforma psiquiátrica, porém, sofreu desmonte antes de completar sua maioria. Desde 2017, ano seguinte ao golpe que destituiu a presidente eleita Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores - PT), o campo da saúde mental brasileira vem seguindo uma política de contrarreforma psiquiátrica (CARTA DE BAURU, 2017). Em fevereiro de 2019, foi lançada pelo Ministério da Saúde uma nota técnica (Nº 11/2019) que orienta as políticas em saúde mental, incluindo atenção ao álcool e outras drogas. Esse documento formaliza mudanças na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) que já vinham acontecendo entre 2017 e 2018, dentre as quais se destaca o retorno dos hospitais psiquiátricos, a inserção

das comunidades terapêuticas¹ na rede RAPS, a política de abstinência como intervenção na atenção às drogas e o financiamento para a compra de aparelhos de eletroconvulsoterapia (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

Como outros movimentos sociais, a luta antimanicomial vivencia, assim, um momento de fechamento de oportunidades políticas², o que é reflexo direto do processo de desdemocratização que o Brasil vem experienciando desde o golpe de 2016. O que observamos em sua decorrência, nesse caso, são mudanças nas políticas públicas de saúde mental, expressas pela nota técnica mencionada anteriormente e pelo fechamento de canais de participação popular na construção das políticas públicas em nível federal.

Em um momento de reflexão pelos trinta anos da luta pela reforma psiquiátrica, no Encontro Nacional da Luta Antimanicomial (ENLA), em 2017, os ativistas elaboraram uma nova Carta de Bauru. Nesta nova carta, eles analisam sua trajetória, marcada por vitórias e desafios. Se uma das demandas históricas do movimento era a construção de um outro modelo assistencial, os ativistas construíram o projeto de lei antimanicomial e trabalharam pela sua aprovação no Congresso Nacional (CARTA DE BAURU, 2017).

Em sua trajetória, portanto, vitórias foram alcançadas. O modelo asilar foi desconstruído através da diminuição significativa dos leitos em hospitais psiquiátricos. O cuidado passou a ser feito em liberdade e de modo territorial. Novos serviços abriram espaço para novas composições e experiências (CARTA DE BAURU, 2017). Nesta nova Carta de Bauru, os ativistas apresentam com orgulho algumas das conquistas que garantiram a transformação da atenção pública em saúde mental brasileira:

(...) milhares de CAPS, ações na atenção básica, o Programa de Volta Pra Casa, novos modos de trabalhar e produzir, múltiplos projetos de arte, cultura, economia solidária, geração de trabalho e renda e protagonismo. Assumimos o desafio de construir uma política de cuidado às pessoas em uso de álcool e outras drogas, como uma política para as pessoas, antiproibicionista e pela legalização do uso, na perspectiva da redução de danos, produzindo uma atenção

1 Comunidades Terapêuticas (CTs) atendem em regime de internação, principal, mas não exclusivamente, pessoas que fazem uso de drogas (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017).

2 O conceito de “oportunidades políticas”, de acordo com Tarrow (2009, p.105) pode ser definido como “dimensões consistentes – mas não necessariamente formais ou permanentes – do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao sucesso e ao fracasso”.

intrinsecamente conectada com a defesa de seus direitos (CARTA DE BAURU, p. 1-2, 2017).

Entretanto, com os novos tempos, novos desafios seguem. O ENLA, que gerou a Carta de Bauru de 2017, também anuncia novas demandas e configurações frente a esse cenário de fechamento político. A Carta apresenta, ainda, uma narrativa interseccional, uma vez que questões estruturais de opressão são vistas no documento como antilibertárias e manicomiais:

Não podemos deixar de frisar o avanço do conservadorismo e da criminalização dos movimentos sociais, defendemos a diversidade sexual e de gênero, as pautas feministas, a igualdade racial. Somos radicalmente contra o genocídio e a criminalização da juventude negra, a redução da maioria penal, a intolerância religiosa e todas as formas de manicômio, que seguem oprimindo e aprisionando sujeitos e subjetividades. Apontamos a necessidade urgente de articulação da Luta Antimanicomial com os movimentos feministas, negro, LGBTQI, movimento da população de rua, por trabalho, moradia, indígena entre outros, a fim de construirmos lutas conjuntas (CARTA DE BAURU, p. 2-3, 2017).

Explorando essa direção, o ENLA realizado em 2019 realizou debates, apresentou novas narrativas e reflexões interseccionais. No último dia de evento aconteceu a construção coletiva de um terceiro documento: a Carta de São Paulo (2019).

Pontuando as conquistas e os novos desafios relativos a esse movimento, é possível observar um cenário potencialmente desmobilizador compartilhado pelos ativistas - estes que são trabalhadores e trabalhadoras, estudantes, usuárias e usuários, tal como familiares. Mobilizo aqui trechos das cartas elaboradas, por demonstrarem o discurso do movimento, seus diagnósticos e demandas. A literatura de movimentos sociais coloca algumas questões que permeiam a motivação para inserção, sentido e manutenção da agência. Nessa direção, nos debruçamos sobre os usos das narrativas no interior desse movimento e como através delas emergem questões que se amarram com a produção de sentidos de agência, percepções de si e de mundo e conscientização e coletividade, fomentando assim o ativismo político mesmo em períodos de retrocesso.

Para fazer isso, no primeiro capítulo, apresento meu ponto de partida teórico: o estudo das emoções na sociologia dos movimentos sociais. Encontro no conceito de “trabalho emocional” uma ferramenta de análise interessante para

perceber o campo. É nesse ponto que encontro a potência das narrativas, possibilitando pensar seus usos. No segundo capítulo, passeio com algumas correntes de pensamentos distintas, mas que me ajudam a pensar a importância das narrativas. Através do pensamento *foucaultiano*, discuto as funções do dispositivo discursivo na sociedade colonial capitalista. Os debates esquizoanalíticos contribuem na apreensão dos efeitos desses discursos sobre nossos afetos e percepções de si e do mundo, assim como na compreensão da potência dos movimentos sociais na reorganização destes. Finalmente, através do pensamento de bell hooks, analiso a potência das narrativas na produção de outros mundos possíveis. Esse último debate teórico, em especial, me ajuda a compreender as produções acerca do uso dessas narrativas no interior da luta antimanicomial.

Sendo assim, esse trabalho se debruça sobre a seguinte questão: como e para que são mobilizadas as narrativas nos espaços de fala e escuta da luta antimanicomial? Assim, se a princípio a minha proposta de pesquisa buscava identificar, nas relações e encontros da luta antimanicomial, as estratégias de trabalho emocional desenvolvidas pelos ativistas, a partir de uma inserção inicial na literatura somada a alguns encontros iniciais no campo, minha aposta se dá na importância das narrativas. Argumento ao longo do texto que o ato de “contar histórias” é especialmente relevante para a reorganização de percepções e afetos, produzindo modos de subjetivação outros, que não o colonial capitalista; argumento ainda que essas narrativas reforçam o “sentido de agência” dos sujeitos, ou seja, o sentimento de que a mobilização política pode ser eficaz e potente. Por meio dessas narrativas, os atores podem contar suas trajetórias e dar a elas outro sentido, um que extrapole e coloque em questão as narrativas dominantes que mascaravam violências em discursos de cuidado. O desenrolar dessas histórias que se contam e que são escutadas tem valor individual e coletivo.

De modo geral, portanto, objetiva-se compreender a importância das narrativas para a mobilização do movimento. De forma específica, esse trabalho busca: a) compreender a importância das narrativas nos movimentos sociais e na construção de outros mundos possíveis em oposição à lógica da sociedade colonial capitalista; b) descrever os espaços de compartilhamento de narrativas do movimento e os atores neles envolvidos; c) compreender as motivações dos

sujeitos no ato de contar e ouvir histórias; d) analisar os desdobramentos afetivos do compartilhamento de narrativas nas dinâmicas de mobilização do movimento.

Referente ao percurso metodológico, em princípio, como a proposta visava identificar e analisar as dinâmicas de trabalho emocional no movimento, nosso percurso partiria de um processo etnográfico com os ativistas do Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial (NELA-ES) e encontros do movimento. Nessa primeira fase foram observados eventos como Dia Mundial da Saúde Mental (outubro de 2019, Vitória/ES), as reuniões do NELA/ES (ao longo do ano de 2019) e as experiências do Encontro Nacional da Luta Antimanicomial (São Paulo, 2019).

Entretanto, devido ao contexto de crise sanitária decorrente da má gestão frente à pandemia do Covid-19, encontramos esse desafio metodológico, que nos convida a inventar outros modos possíveis de realização da pesquisa. Modos estes que aqui, acabaram reestruturando a proposta de pesquisa. Conforme já mencionado, as experiências anteriores de campo, produzidas por meio de técnicas de observação participante, foram importantes para a percepção da centralidade das narrativas que se tornaram, assim, o centro da investigação.

Para compreender o papel das narrativas na luta antimanicomial, a solução metodológica utilizada foi o uso entrevistas. As etapas seguintes de produção de dados foram conduzidas a partir de entrevistas semiestruturadas orientadas pelo método da história oral. Já no cenário de isolamento social, realizamos uma pesquisa através de cinco entrevistas com ativistas de diferentes núcleos estaduais da luta antimanicomial. Os interlocutores foram escolhidos por sua participação no ENLA 2019, ou indicação destes, uma vez que o encontro era relevante, pois se constituiu em importante espaço de fala e escuta no movimento. Essas histórias se aproximavam no fato de que: a) suas histórias de vida foram mobilizadas e reconstruídas a partir do ativismo, b) destacaram que ouvir as experiências dos usuários, familiares e trabalhadores dos dispositivos de saúde mental constitui parte do fazer antimanicomial e nele produz efeitos diversos.

Aproveito essa sessão para apresentar alguns dos militantes da luta que aqui terão diálogos e narrativas partilhadas. Usarei nomes fictícios, mas o

agradecimento pela generosidade de terem partilhado e autorizado essa partilha são reais.

Cirilo tem 34 anos, homem negro, foi usuário da rede psicossocial, atualmente coordenador da luta antimanicomial do Amapá. Nos conhecemos no ENLA 2019. Posteriormente, em abril de 2020, realizamos uma entrevista via plataforma de webconferência – que infelizmente teve a gravação perdida. Contudo, as citações que dele apresento são retiradas de gravação do ENLA 2019. Mais à frente ele mesmo se apresenta, e partilha sua história.

Maria tem 28 anos, é estudante de psicologia e redutora de danos no CAPS da região central de São Paulo. É nordestina, mulher negra, mãe solo. Em sua entrevista à pesquisadora, conta que conheceu a luta antimanicomial através de um professor e relata que foi através deste contato que pôde “ter um olhar além de dentro da instituição”.

Ivan, tem 42 anos, homem negro, é profissional de Educação Física e atua no campo da Saúde Mental, mas também é pai, irmão e sobrinho de pessoas que precisaram dispositivos de assistência psicossocial. É representante familiar do NELA/ES no Movimento Nacional da Luta Antimanicomial.

Miriam é militante no NELA/ES, mulher branca de 69 anos, tem um filho de 39 anos de idade que é usuário dos serviços de assistência em saúde mental e também participante da luta antimanicomial. Foi profissional Secretária Executiva no Conselho do Direito da Pessoa com Deficiência por 12 anos, trabalhou na rede de assistência e no movimento. Há um tempo assume papel importante na representação familiar na luta antimanicomial.

Por fim, Graça é mulher branca, 59 anos, assistente social e foi por muitos anos coordenadora do primeiro CAPS do estado do Espírito Santo. Suas experiências no campo da Saúde Mental capixaba e sua ligação com o movimento a colocam como figura importante para a história da luta antimanicomial capixaba.

1. EMOÇÕES NA SOCIOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: TRABALHO EMOCIONAL E NARRATIVAS

O objetivo desse capítulo é contextualizar o surgimento e o fortalecimento do conceito de “narrativas” no campo de estudos de movimentos sociais em um processo mais amplo de retomada das discussões sobre a articulação entre emoções e ação coletiva nesse âmbito. Para isso, o capítulo apresenta, em primeiro lugar, uma breve revisão da trajetória do debate sobre emoções nesse contexto para, posteriormente, fornece uma revisão detalhada do conceito de “trabalho emocional”, conectando-o finalmente ao conceito de “narrativas”.

Os estudos de movimentos sociais inspirados pelas teorias do comportamento coletivo até a década de 1960 estiveram pautados pela concepção de que a mobilização coletiva seria o resultado da resposta irracional das multidões a mudanças na estrutura social, concedendo às emoções mobilizadoras um lugar privilegiado, mas associando-as ao irracional e ao sintomático. Goodwin e Jasper (2006) pontuam que, nessas teorias, pouco destaque foi dado às relações entre movimentos sociais e contexto político, aos processos de organização coletiva e aos significados culturais da mobilização política. Os princípios morais, objetivos declarados, os processos de mobilização e os prazeres da participação foram ignorados (GOODWIN E JASPER, 2006).

Já em uma segunda fase dos estudos sobre os movimentos sociais, marcada pela emergência da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) e da Teoria do Processo Político (TPP), a mobilização coletiva contestatória começa a ser compreendida a partir de uma abordagem demasiadamente racionalista e as emoções acabam perdendo espaço. Goodwin e Jasper (2006, p.614) explicam que, ao buscarem substituir as explicações patológicas, “os sociólogos voltaram-se para modelos do ator racional e da teoria organizacional, mudando do ‘porquê’ motivacional para questões estratégicas relativas ao ‘como’”.

Autor influente nos debates da TMR e, principalmente, da TPP, Charles Tilly (1978), por exemplo, descreveu a ação coletiva como uma função de interesses, organização, mobilização de recursos, poder, repressão (ou facilitação) e oportunidades (ou ameaças). Para o autor, essas variáveis, incluindo os interesses dos atores, são apresentados como estruturais, ou seja, independentes das crenças e sentimentos dos indivíduos. Tilly (1978) acreditava que a ação coletiva é compreendida pela utilidade que dela decorre para os seus membros.

Os estudos sobre os movimentos sociais e a ação coletiva nestes últimos anos, com o distanciamento das abordagens puramente racionalistas, têm-se debruçado com maior atenção sobre a dimensão subjetiva associada à participação dos indivíduos em manifestações coletivas (JASPER, 2011). Desta forma, a ação coletiva passa a ser observada a partir de uma perspectiva múltipla, acoplando às variáveis organizacionais, políticas e culturais uma dimensão emocional. Assim, a ação de cada sujeito em uma coletividade é desenrolada a partir de um conjunto de emoções que resultam da compreensão de uma ameaça e comportam formas tão diversas quanto o afeto, a identidade, a moral, a raiva, o medo, a injustiça e a indignação (JASPER, 2011).

Pioneiro nos estudos de emoções e movimentos sociais, James Jasper (2016), em seu livro “Protesto”, chama atenção para o fato de que se os significados culturais são embalados, reforçados e transmitidos a novos públicos - o que ele chama de mensagens emocionais do protesto. Os ativistas em seus esforços de mobilização continuamente criam significados e símbolos de mobilização, preocupando-se com modo como eles são incorporados pelo público a qual se direcionam. Através tanto de portadores físicos, como de portadores figurativos, são transmitidas mensagens que buscam atrair a atenção e provocar um impacto sobre os públicos. Quando tais mensagens são compreendidas e aceitas pelo público, elas atingem ressonância. Para que isso aconteça, Jasper (2016, p.72) destaca a importância das emoções: “Para que um significado ressoe, ele deve envolver nossos sentimentos e não apenas produzir uma definição de dicionário em nossa cabeça”.

O autor faz uma espécie de tipologia das emoções, separando-as entre “impulsos”, “emoções reflexas”, “estados de espírito”, “lealdades ou compromissos afetivos” e “emoções morais”. As emoções morais, seriam importantes motivadoras da mobilização coletiva de acordo com o autor. A raiva, por exemplo, especialmente na sua forma moral de indignação, por exemplo, é vista como importante para protestar contra a injustiça e exigir o que é direito de uma pessoa pela sua condição humana (JASPER, 2016).

Essa breve retomada da trajetória do debate sobre emoções na literatura sobre movimentos sociais demonstra a relevância da análise das emoções que atravessam e constituem a seu modo o cenário da luta política. Os corpos que constituem um movimento social são corpos que sentem, que expressam e isso

não é anulado quando se tem algum interesse em jogo e tampouco anula o pensamento lógico e estratégico desses grupos. As emoções têm um papel importante nos processos de construção e transmissão de significados, bem como nos processos de construção de identidades e de produção de engajamento político. Acreditamos, portanto, que as afetividades sejam relevantes não apenas como ferramentas de análise dos movimentos sociais, mas também como instrumentos políticos para a transformação social e de si.

1.1 TRABALHO EMOCIONAL: POTENCIALIZAR OS AFETOS

Um conceito-chave para a compreensão dessas afetividades-potentes é o conceito de “trabalho emocional”, elaborado por Hochschild (1983), que, de acordo com a autora, se trata da indução ou supressão dos sentimentos a fim de sustentar aos olhos externos um “estado de espírito” visto como adequado ou objetivado. É fato que a autora não está pesquisando movimentos sociais, mas apresenta como algumas emoções podem suscitadas ou reprimidas de acordo com as regras morais compartilhadas em um determinado espaço (HOCHSCHILD, 1983).

Deslocando esse conceito para o campo dos movimentos sociais, esse “trabalho” pode agir de acordo com os objetivos visados pelo movimento e suas ressonâncias são importantes tanto para o interior do grupo como seu exterior. Realizando essa aproximação do conceito com a literatura de movimentos sociais, Poma e Gravante (2019; 2018) apontam como esse trabalho emocional pode ser pensado como uma importante ferramenta no confronto político. No que diz respeito à resignificação, canalização e fomento de sentimentos e emoções, as estratégias emocionais podem ser usadas para evitar o desengajamento frente a um cenário repressivo.

Isso porque eles levam de algum modo os sujeitos àquele lugar de protesto, inicialmente por alguma aproximação identitária ou alguma espécie de identificação ou empatia. Uma vez ali, a partir das experiências compartilhadas e da possibilidade de entrar em contato com novas formas de perceber o mundo, os afetos acabam se resignificando e outras percepções/experimentações são dadas a esses sentimentos, que vão constantemente reforçando o sentido e a capacidade de agência dos sujeitos que constituem aquele grupo. O grupo, por

sua vez influencia essas identidades, que uma vez no interior do acontecimento grupal, se modificam.

Sendo assim, o trabalho emocional me parece mais que uma ferramenta estratégica ou uma tática desses ativistas, mas é algo que constitui sua identidade grupal, algo que diz respeito ao *modus operandi* de tal grupo. Na minha percepção, tais atos dizem não somente de uma revolução macro, de cumprimento de objetivos políticos esperados, mas falam de um ato político, dos afetos experimentados pelos corpos que coletivamente se reúnem. Isso me lembra algo que certa vez encontrei no livro “Grupo: a Afirmação de um Simulacro” de Regina B. Barros (2007). Era uma frase do Deleuze que dizia que a revolução social só é possível através da revolução do desejo. Parte do pensamento de Deleuze será explorada em detalhes no próximo capítulo.

Por ora, essa seção tem como foco as análises realizadas a partir do conceito de “trabalho emocional”, que buscam discorrer como os coletivos se apropriam dessas emoções e as instrumentalizam. Minha ênfase ao analisar e apresentar os modos de trabalho emocional elucidados na literatura, é compreender o que este produz e como o produz. Assim, a essa seção, reservo uma revisão bibliográfica do tema, esmiuçando e reestruturando as práticas elucidadas. Ao seu final, conecto o conceito de “narrativas” a esse debate, tomando o “contar histórias” como uma forma de trabalho emocional.

Na literatura sobre emoções e movimentos sociais, a fim de captar os processos de trabalho emocional, encontramos diversas formulações empírico-teóricas. Alguns autores trabalham emoções isoladas e sua ressignificação por meio do trabalho emocional no interior dos movimentos sociais, como Gravante e Poma (2019). Outros autores, como podemos observar em Einwohner (2002), Goodwin e Pfaff (2001), estabelecem algumas categorias para definir estratégias de trabalho emocional.

Nesse tópico, apresentarei as estratégias encontradas na literatura a partir de dois recortes: (a) o que esse trabalho emocional produz nos indivíduos que ali se inserem no que diz respeito às esferas individuais e coletivas e; (b) as estratégias que possibilitam essa produção, incluindo aqui as narrativas. É importante deixar claro que essa separação tem uma pretensão unicamente didática, uma vez que compreendemos que todos esses processos se nutrem mutuamente no campo das experiências e da arena política.

1.2 OS EFEITOS DO TRABALHO EMOCIONAL: IDENTIDADE E AGÊNCIA.

Início a revisão do conceito de “trabalho emocional” em seus efeitos. Afinal, por que o trabalho emocional importa para a mobilização coletiva? Identifico aqui dois argumentos centrais na literatura: o trabalho emocional pode (a) transformar identidades e produzir engajamento e (b) reforçar a motivação e aquilo que denomino de “sentido de agência” dos sujeitos.

1.2.1 Identidade Engajamento, Vergonha e Orgulho.

Anteriormente, defendi que o trabalho emocional produz a ressignificação de afetos e que isso constitui processo importante nas identidades coletivas. Diversos estudos têm indicado a existência de uma relação de influência mútua entre emoções (tais como a vergonha e o orgulho), identidades coletivas e engajamento político.

Gravante e Poma (2019), por exemplo, indicam que as emoções podem ser uma importante base para a construção da solidariedade entre os indivíduos. Em um de seus estudos, destacam a importância da empatia para a produção de laços de solidariedade. Seus dados os levam a afirmar que ao sentir a dor do outro, os participantes sentem a necessidade de mostrar sua solidariedade e de participar de eventos de mobilização e protesto. Assim, a empatia leva em direção ao compartilhamento da dor, que expande o “ciclo de nós” – processo que fortalece e sustenta o sentido de identificação coletiva e compromisso com as experiências de protesto. (GRAVANTE E POMA, 2019).

Os autores também analisam como a empatia se relaciona com a raiva como um ponto culminante de um processo cognitivo no qual se envolvem valores morais (como as noções de injustiça/justiça) que produz identificação entre os indivíduos. Em um de seus estudos de caso, a raiva que emerge nos discursos dos atores é uma raiva moral, que relaciona às suas demandas pelos direitos de livre expressão e de uma educação pública de qualidade (GRAVANTE E POMA, 2019).

Pensando a influência das emoções nos processos de recrutamento de membros e de produção de engajamento político, Jasper (1998) aponta para o que ele chama de “choque moral”, que, segundo ele, é um dos processos mais recorrentes da motivação da ação. Este se dá quando um evento inesperado ou um conjunto de informações geram ou aumentam um sentimento de ultraje em uma pessoa, esta que, por sua vez, se inclina em direção à uma ação política. A desestabilização gerada pelo choque moral incentiva as pessoas a questionar seus valores básicos, refletindo sobre como o mundo diverge desses valores.

Já o trabalho de Jo Reger (2004) descreve como movimentos sociais podem criar espaços que fomentem a identificação coletiva por meio do compartilhamento de emoções. A autora estuda a criação do C-R, uma espécie de grupo terapêutico para se discutir os atravessamentos do machismo nos corpos dessas mulheres, no interior de uma organização movimento social feminista. Ela descreve como esse espaço de compartilhamento, além de promover consciência dos modos de subjetivação impostos às mulheres dentro dos sistemas patriarcais, também transformam sensações e afetos que em princípio eram experienciadas de modo individual e despotencializante dos sujeitos e passam a ser experienciadas de modo coletivo. Assim esses afetos tristes tornam-se afetos potentes que engajam tais mulheres na luta.

A autora identifica duas emoções importantes associadas à entrada dessas mulheres no C-R. A primeira se relaciona aos sentimentos de raiva decorrentes de um choque moral e a segunda se relaciona aos sentimentos de solidão e da necessidade de mulheres se conectarem com outras mulheres. De acordo com a autora, frente a eventos que suscitam choques morais, algumas mulheres conseguem identificar em suas vidas os atravessamentos e resultados de uma lógica patriarcal que incide em seus corpos. Ao tomarem consciência disto, o sentimento de indignação, raiva ou a necessidade de conversar com outras mulheres surgem. A autora destaca, porém, que algumas pessoas não tiveram emoções emergidas tão potentes como a raiva, mas ainda as compeliram a procurar um espaço onde pudessem explorar o que estavam sentindo e pensando (REGER, 2004).

O objetivo do grupo C-R é que as participantes cheguem a um *insight*. Esse *insight*, ou “*click*” como a autora chama, é quando elas percebem seus problemas experimentados em nível individual como algo estrutural, elucidados

na experiência grupal. Reger (2004) afirma que o compartilhamento de informações e histórias de vida com um grupo como C-R poderia levar a novas percepções e a um senso de validação da própria vida. Ao tomar consciência e delimitar o que é seu e o que é do outro, isso não faz com que sentimentos de raiva e indignação passem, e aí outra importância do grupo, a de mobilizar essa raiva enquanto indignação que mobilize a ação (REGER, 2004). É interessante que essa perspectiva apontada por Reger (2004), é próxima ao que observamos no compartilhamento de narrativas na Luta Antimanicomial. Essa proximidade será melhor observada no Capítulo III.

Outros autores têm destacado que na construção de identidades coletivas pode ocorrer um processo de ressignificação de sentimentos associados a essas identidades, como a transformação da vergonha em orgulho. Gravante e Poma (2018), por exemplo, destacam a importância da capacidade dos ativistas para tomar essa vergonha que lhes fora introjetada e ressignificá-la, transformando-a em orgulho por lutar pelo que acredita, deslocando o caráter vergonhoso a quem está contra a luta ou não estar lutando.

Assim, a vergonha pode ter um papel importante em processos de engajamento político. Em seu estudo sobre o movimento dos direitos civis, Goodwin e Paff (2001) argumentam que a vergonha funcionava como um mecanismo de engajamento. Sem abrir espaço para julgamento de valor, esse mecanismo funcionava pelo aumento nos custos individuais da não participação nos eventos de protesto, como se pelas lentes daqueles ativistas, um indivíduo se negar a participar seria vexaminoso, sabendo que outros tantos estavam lutando por ele, seguido pelo encorajamento do manifestante em potencial em se identificar com aspirações e batalhas da comunidade negra. Essa provocação de vergonha pode ser utilizada tanto internamente – com os manifestantes em potencial – ou com a polícia ou informantes secretos – vergonha por estarem contra a direitos primários a sujeitos humanos (GOODWIN E PFAFF, 2001).

Esses autores também destacam como a transformação de identidades pode ter um impacto emocional sobre os ativistas. Isso se torna perceptível nos casos analisados pela literatura nos quais a identidade coletiva pode ajudar os ativistas a manejar seus medos, uma vez que esses medos individuais são percebidos como questões sociais e históricas que são importantes no movimento social (GOODWIN E PFAFF, 2001). Nesses casos, outra narrativa é

construída em cima de uma mesma problemática, que possibilita novo sentido, novos afetos.

A capacidade de ressignificar vergonha em orgulho, ou palavras que eram designadas a membros destes grupos, dando a elas outros sentidos, é algo que diversos movimentos fazem. Tomando por exemplo a luta antimanicomial, o objeto estudado neste trabalho, os ativistas ressignificam a ideia da “loucura”, vista não mais como algo negativo, faltante, mas como uma característica de sujeitos potentes de direitos e de possibilidades. Ao ressignificar este termo, ocorre uma ressignificação junto a diversas esferas individuais e sociais. Assim, ao se inserir nesses grupos, uma pessoa que por muito tempo fora institucionalizada em um manicômio, cuja subjetividade fora moldada como faltante, pode agora se compreender de outra forma e, ao se compreender enquanto sujeito de direitos e possibilidades, pode explorar suas relações sociais de outras maneiras.

A partir desses exemplos, podemos compreender como os afetos individuais são ressignificados a partir do acontecimento coletivo, gerando uma nova percepção de si. Entretanto, isso não é um caminho único, a identidade grupal pode e provavelmente passará por constante construção coletiva a partir da entrada de novos sujeitos com trajetórias singulares. Emoções, identificação coletiva e engajamento coletivo são processos interrelacionados.

1.2.2 Reforço do Sentido de Agência

Às vezes, os objetivos dos movimentos sociais, acabam parecendo tanto quanto distantes ou até mesmo utópicos. Permanecer na luta, sabendo que os custos muitas vezes são mais altos que os ganhos pode ser algo desmobilizador. Em especial em contextos políticos adversos, o sentimento de impotência pode criar barreiras para a mobilização coletiva (TARROW, 2009). Dessa forma, reforçar os sentimentos de que a mobilização política pode ser eficaz e potente é algo fundamental para que os ativistas permaneçam lutando. Nesse trabalho, denominaremos esse processo de “reforço do sentido de agência”.

Outro trabalho de Poma e Gravante (2018) nos ajuda a entender esse processo. Esses autores argumentam que emoções como o medo, a impotência, a dor, a frustração, a opressão e a desesperança associadas à repressão podem

desmotivar e desmobilizar os ativistas. Em seu trabalho - contextualizado pelo cenário mexicano, onde, tal como o Brasil, existe um número alto de assassinatos, detenções e violência para com os ativistas sociais - os autores pontuam que o medo associado à repressão atua como ponto importante para a desmobilização do protesto. Entretanto, o que emerge no decorrer dos discursos analisados é que o medo não se supera, mas se contraria. É como se os ativistas realizassem uma reapropriação do medo, que passa a funcionar como o “motor do protesto”. Os autores demonstram, por exemplo, que todos seus entrevistados estão de acordo de que deixar-se paralisar pelo medo representaria uma vitória de seus inimigos.

Além do medo, outras emoções como impotência, desesperança, opressão e frustração podem levar ao abandono da luta. Como no caso do medo, para superar essas outras emoções desmobilizadoras, reafirma-se mais uma vez a importância dos vínculos afetivos entre os participantes. Assim, as emoções recíprocas, experienciadas entre os membros do grupo não só animam a participação no movimento, como podem fortalecer o grupo e fomentar o compromisso dos membros. Emoções como gratidão e lealdade, emoções recíprocas como amor entre os pares, o respeito e a confiança são aquelas que evitam o esgotamento nesses grupos. É no coletivo, nos afetos, que os ativistas encontram forças para continuar lutando depois de tanto tempo (POMA E GRAVANTE 2018).

Em sua pesquisa sobre o Coletivo Salvabosque, Gravante e Poma (2018) concebem o trabalho emocional como uma forma de superar a impotência. De acordo com os autores, a impotência está associada à insatisfação de não poder fazer o suficiente para salvar o bosque. Tal sentimento pode levar os ativistas ao esgotamento e ao abandono da luta. Assim, faz-se necessário manejar tal sentimento através de ações que evoquem emoções que contrastem seus efeitos.

Até o momento, através dessa revisão da literatura, compreendemos dois efeitos possíveis do trabalho emocional sobre os movimentos sociais: (a) a identificação coletiva e o engajamento e; (b) o reforço no sentido de agência. Após entendermos como esses sentimentos podem influenciar a ação coletiva, apresento a seguir estratégias de trabalho emocional que são apresentadas pela literatura.

1.3 ESTRATÉGIAS DE TRABALHO EMOCIONAL

Acima, compreendemos que além de influenciar as identidades individuais e coletivas, o trabalho emocional também pode implicar no reforço do sentido da agência desses ativistas. Nas próximas seções, nos dedicaremos a apresentar estratégias que são apontadas na literatura para realizar esse trabalho emocional.

1.3.1 Redirecionar o Olhar

A literatura revisada indica a importância do “redirecionamento do olhar” em relação à trajetória e aos efeitos das OMS. Einwohner (2002), por exemplo, dá ênfase à capacidade de olhar o lado positivo para os efeitos das atividades dos movimentos sociais em organizações do movimento dos direitos animais. Segundo ela, mesmo em cenários negativos, os ativistas por ela estudados não tendiam a acreditar que falharam por completo. Pelo contrário, esses ativistas buscavam encontrar algum resultado positivo de sua luta para pontuar. Já em seu estudo sobre o Coletivo Salvabosque, Gravante e Poma (2018) indicam que, entre as estratégias utilizadas para superar o sentimento de impotência, aparecem ler e conhecer outras experiências de resistência e movimentos sociais, pensar no que o coletivo conquistou até o momento e pensar que sem eles o bosque estaria mais afetado. Os ativistas aqui encontram na autogestão e no autoaprendizado possibilidades de transformarem a impotência em ações potentes. Esse redirecionamento do olhar pode ocorrer de múltiplas formas.

Em primeiro lugar, Einwohner (2002) discorre que a estratégia de “ver o positivo” depende de outra estratégia, a de pensar de forma cumulativa. Para ativistas cujos objetivos visados são complexos e envolvem uma série de questões dinâmicas, pensar que seus esforços produzem pequenas sementes que podem gerar frutos posteriormente faz com que os ativistas não sintam que seu trabalho fora em vão.

De forma pragmática, a partir dessa perspectiva, os ativistas reinterpretam eventos para poder encontrar evidências de algum tipo de avanço - e cada

avanço, não importa o quão pequeno, é visto como aproximando o grupo de seus objetivos finais (EINWOHNER, 2002). Segundo a autora, o fato de ser capaz de identificar o progresso em todas as situações, não importa o quão desolador seja, ajudou os ativistas de direitos animais a permanecerem envolvidos nas atividades do movimento, já que eles preferem fazer uma pequena parte na mudança do que não fazer nada.

Esse pensamento cumulativo também pode ser analisado nas narrativas dos interlocutores de Gravante e Poma (2018), que encontram modos de superar a desesperança nos seus fazeres cotidianos, como a reflorestação. Se é cortada uma árvore, são por eles semeadas 20, 30 ou 40 árvores no Bosque. Ver o envolvimento dos mais jovens na luta também alimenta suas esperanças, uma vez que essa participação promove o vislumbre de uma luta que continuará. São atitudes que não trazem uma solução imediata mas, considerando o possível e analisadas de forma conjunta, são práticas que fazem a diferença e, de algum modo, efetivam suas lutas.

Uma segunda forma de “olhar positivo” para os efeitos dos movimentos sociais é a comemoração de vitórias. Essa estratégia diz respeito a afirmação e celebração pública de seus resultados positivos. No que elucida o trabalho de campo de Einwohner (2002), além de elogiar os resultados positivos, a organização por ela estudada rotineiramente planeja alguns eventos como forma de recompensar os esforços dos ativistas e mantê-los relaxados e felizes.

A autora também descreve o fato de que, em vez de celebrar resultados de campanhas específicas, essas atividades ajudaram a celebrar o ativismo dos direitos dos animais de forma mais geral.

Um desses eventos foi um "*Cruelty Free Festival*", um evento de um dia inteiro em julho de 1994, com entretenimento musical e stands com informações sobre direitos dos animais e vegetarianismo. Embora o festival tenha sido principalmente dirigido ao público, também serviu para manter a moral dos ativistas. Os atos musicais criados uma atmosfera festiva que se destinava a levantar espíritos (EINWOHNER, 2002, pp. 519-520, tradução livre).

Seus interlocutores também têm uma prática de sair para respirar outros ares, como ir juntos a jogos de beisebol. É interessante, pois uma vez que comprem muitos ingressos, têm a oportunidade de ter o nome do movimento

exibido no telão. Isso faz com que sintam estar realizando seu trabalho mesmo que de forma indireta em seus momentos de lazer (EINWOHNER, 2002).

Tal estratégia identificada pela autora também é afirmada como potência no trabalho de campo de Gravante e Poma (2018), na comemoração dos ativistas da trajetória do coletivo, que há 10 anos se mantêm fortalecido e em luta. De acordo com os autores, a ideia de seguir existindo e lutando enquanto coletivo após dez anos de resistência é em si uma fonte de esperança. Comemorações são bastante reforçadas na luta antimanicomial, cujas manifestações e atos políticos envolvem, na maioria das vezes, essa estratégia de celebração dessa vida, da liberdade. São sempre dias de luta mas também, em geral. Acompanhados por muita música, dança, falas e rodas.

Estes últimos autores concluem que buscar fomentar momentos de prazer no grupo, como festas e celebrações, são centrais na tentativa de balancear as emoções emergidas no grupo. De acordo com eles, a alegria é central nessas experiências, uma vez que serve para converter emoções e estados de ânimo que podem levar a um esgotamento (GRAVANTE E POMA, 2018).

Uma terceira forma de “redirecionar o olhar” é reivindicar crédito por mudanças sociais. Ao pensarmos as estratégias anteriores e esta, entendemos que interpretar resultados positivamente não é o mesmo que tomar crédito por produzir esses resultados. Assim, Einwohner (2002) busca explicar, através das narrativas dos interlocutores, como esses resultados aconteceram. Entretanto, neste ponto a autora está menos preocupada nas habilidades dos ativistas de moldar a percepção do público sobre suas ações como bem-sucedidas, do que se os próprios ativistas acreditam que eles são responsáveis por produzir certos resultados. Ao examinar esse tópico, Einwohner (2002) sugere que os sentidos de causalidade dos ativistas podem também ser usados estrategicamente como um enquadramento motivacional que pode ajudar a manter a atividade de protesto.

Durante o trabalho de campo da autora alguns objetivos do “comitê de vendas de peles” e do “comitê das performances do circo” foram alcançados. Os números de salões no centro da cidade caíram de 11 para apenas 2 (entre 1988 e 1995) e performances de animais em espetáculos de circo no centro de Seattle durante o mesmo período caiu. Notavelmente, os ativistas tomaram crédito por esses resultados, reivindicando que sua atividade de protesto contribuiu para tal

em alguma forma. Até os ativistas que tinham menos convicção de que o grupo tinha grande influência nesses resultados, ainda sentiam que algo que eles fizeram contribuiu para a produção desses efeitos (EINWOHNER, 2002).

A autora sustenta que, mesmo que não pareça surpreende os ativistas reivindicarem algum crédito pelos resultados positivos, pesquisas de psicologia social sugerem que os indivíduos têm mais tendência a tomar crédito pelo sucesso quando reconhecem as responsabilidades por seus fracassos. No contexto do ativismo, os indivíduos podem ter ainda mais necessidade de convencer a si próprios sobre os impactos de seus esforços em contextos em que seu trabalho é mais difícil. Uma das interlocutoras da pesquisadora disse que ver e reafirmar evidências de sua efetividade tem ajudado a afastar a frustração e o *burnout*. Assim, o fato de ativistas requererem crédito por sua contribuição aos resultados positivos é a última estratégia aqui analisada como mantenedora de seus sentidos de eficácia e otimismo para o futuro (EINWOHNER, 2002).

1.3.2 Fortalecer as Redes Íntimas

Já é destacado pela literatura de movimentos sociais a importância das redes sociais para o recrutamento, comunicação, coordenação das atividades, mobilização de recursos e construção de identidades coletivas. O que nos aponta Goodwin e Pfaff (2001), é a importância das redes sociais como suportes morais que encorajam a luta.

Em seu estudo, os autores afirmam que relações íntimas entre ativistas os ajudaram a sustentar seu compromisso face à repressão e o isolamento social. São criados laços pessoais estreitos entre ativistas que os encorajaram em suas atividades e aumentaram os custos da desistência, assim como da sujeição às pressões externas e de se tornarem informadores da polícia. Assim, esse laço forte e íntimo de proposição coletiva e de comunidade, ajuda a unir e encorajar os ativistas em face do desapontamento e das adversidades (GOODWIN E PFAFF, 2001).

A importância dessas redes sociais também é reafirmada por Reger (2004), como apontado anteriormente, uma vez que no seio do grupo no qual as experiências das ativistas são compartilhadas, há o deslocamento da percepção

dos problemas de forma individual para a compreensão destes como estruturais, o que pode suscitar sentimentos potentes. Gravante e Poma (2018) também destacam a importância das redes sociais íntimas. Segundo estes autores, ao compartilhar o medo da repressão os ativistas reforçam sua identificação coletiva. Assim, o medo de ser agredido junto à raiva que sentem pelos agressores produzem solidariedade mútua. As relações dentro do movimento e com outros grupos também é uma estratégia de superação do medo da repressão.

1.3.3 Fomentar Encontros de Massa

De acordo com Goodwin e Pfaff (2001) os encontros em lugares relativamente seguros encorajam o ativismo político de duas formas. A grande proporção que toma os encontros ajuda a combater sentimento de isolamento que esses ativistas têm e forjam um sentimento de segurança pelo número de pessoas envolvidas. Às vezes, a sensação de solidão, de que a sua luta é individual, toma conta dos sujeitos e se torna algo desengajador; mas, estar entre pessoas, ouvir vozes que mostram que isso não é verdade, que não se está sozinho, é algo acolhedor e incide sobre as ações dos ali presentes. Essa sensação pode produzir nos sujeitos a coragem ou a impulsão para que levem esses encontros e eventos para fora desses espaços seguros – ou seja, a ocupação do espaço público (GOODWIN E PFAFF, 2018).

O segundo ponto, de acordo com os autores, é algo parecido com o que Durkheim chama de “efervescência coletiva”: a energia de poder e solidariedade que perpassa as pessoas. Uma vez que muitas começam a se reunir em público e expressar suas injustiças vivenciadas, seus protestos se expandem de forma rápida e tais demonstrações levam a uma estranha comoção característica. Assim, as pessoas têm a chance de experimentar algo que vai para além dos seus sentimentos individuais, algo como uma experiência emocional coletiva de solidariedade, esperança e coragem. Em alguns casos, denúncias e gritos coletivos, meio os protestos, podem parar uma repressão policial, tal como aplausos podem mostrar a um ativista que se expõe à repressão o fato de que que ele não está só (GOODWIN E PFAFF, 2001).

Outra coisa que mobiliza essa efervescência coletiva nos encontros de massa é a música. A música quando uma experiência corporal, que com suas frases simples, mas carregadas de peso simbólico passam a caracterizar um grito coletivo, faz pulsar a pertença a uma luta em comum, sem apequenar-se a uma questão individual. Goodwin e Pfaff (2001) relatam algumas músicas que foram, para os movimentos por eles estudados, um apelo para a paz, para encorajar os seguidores dos protestos, e dar demonstrações de senso de propósito e identificação.

1.3.4 Contar Histórias

É nesse ponto que o “trabalho emocional” encontra as “narrativas”, tema central dessa dissertação. Uma das principais autoras a mobilizar esse conceito no estudo de movimentos sociais é Francesca Polletta. A autora produz análises sobre o “contar histórias”, destacando a função estratégica das narrativas para movimentos sociais.

Eu seu livro *It Was Like a Fever* (2006), a autora apresenta como diversas histórias são familiares a nós e como esse compartilhar de histórias é algo que faz parte da experiência humana em seus núcleos sociais. A autora chama atenção ao fato de que as histórias costumam ter um caráter valorativo, ideológico. Quando contamos histórias, discorremos sobre uma série de eventos, a fim de que ouvinte compreenda aquela história a partir de uma linha de raciocínio prévio que possuímos. Como a uma fábula, escutamos histórias; muitas vezes para apreender um comportamento comum do grupo social no qual estamos inseridos; uma “moral da história”. Entretanto essa moral, na maioria das vezes, é implícita.

Justamente por esse valor ideológico implícito que as narrativas se diferem de outros tipos de discurso. Nelas, é possível identificar início, meio e fim, tal qual o tempo e o espaço em que elas se passam. As narrativas, assim, têm o que a autora chama de “enredo”, que é a lógica condutora que estrutura e dá um direcionamento ao sentido das narrativas. Ao contrário de outras formas de discurso, ainda, as narrativas não apenas descrevem fatos, mas os explicam de forma implícita por meio de relações de causa e efeito criadas por meio da associação de eventos em uma linha temporal (POLLETA, 2006).

Outra particularidade das histórias enquanto dispositivos discursivos é que elas convidam o potencial de interpretação do ouvinte para que ele antecipe os acontecimentos e formule a sua lógica a partir da sequência de eventos narrados. É nesse caráter ambíguo e complexo – nessa lacuna que o ouvinte é convidado a preencher – que as narrativas apresentam sua força, engajando o ouvinte no processo de contar, ouvir e dar sentido às histórias (POLLETA, 2006).

A ambiguidade das narrativas, como conta Polleta (2006), se dá pelo caráter ambíguo da própria linguagem, sempre aberta para interpretação. A história atravessa o sujeito e ressoa junto às outras histórias assimiladas anteriormente, fazendo com que o viés valorativo que a permeia opere de forma mais sustentada. Por isso algumas histórias são reforçadas e outras marginalizadas ou silenciadas. No campo político, operando em uma sociedade colonizada e polarizada entre o bem e o mal, pautada na verdade cristã, as disputas narrativas afetam diretamente o imaginário social, os privilégios e as desigualdades sociais.

No que diz respeito ao “outro”, as histórias acabam atraindo a atenção do ouvinte para aquela realidade que lhe está sendo apresentada e possuem como característica a possibilidade do ouvinte experimentar os pensamentos e sensações da personagem quase de imediato. Polleta (2006, p.2, tradução livre) afirma que “a identificação emocional que as histórias produzem podem compelir à ação moral, como também minar ações racionais”.

Partir em busca da dinâmica de trabalho emocional - esse modo pelo qual no interior dos movimentos sociais são reorganizadas identidades, percepções, afetos e ações – me proporcionou através de experiências de campo, a prestar atenção nas histórias que são tecidas e compartilhadas, em especial, como essas se articulam por meio de redes íntimas e encontros de massa, e acabam gerando isso que os autores da sociologia dos movimentos sociais apontam como redirecionar o olhar dos ativistas. Em quais espaços essas histórias operam? O que se pretende produzir, quais suas funções? E seus efeitos? A fim de mergulhar mais a fundo nessas questões, me distancio um pouco do escopo literário da sociologia dos movimentos sociais no próximo capítulo buscando na filosofia e psicologia outros olhares sobre o fenômeno das narrativas.

2. NARRATIVAS: USOS, SIGNIFICADOS E PRODUÇÕES

“A vida é como uma grande narrativa: cheia de peripécias, aventuras, obstáculos e adversidades (Nogueira, 2020, p 55)”. É assim que Renato Nogueira abre alas para o capítulo no qual ele nos conta que “o amor é contar histórias”. É sabido, compartilhamos histórias quando estamos felizes, por Miriam, como pedidos de ajuda, em processos de retomada e de luta. Contamos histórias por diversas razões, mas como Renato bem aponta,

mais do que isso, a narração também é uma maneira de reinventar a realidade. O ato de ouvir e contar relatos nos inspira e ilumina estradas desconhecidas, confirmando sentimentos vividos ou antecipando novidades. A vida nunca está dada, e, por isso, tal como um tecelão que trança diferentes fios, as diversas maneiras que contamos nossas histórias reelaboram o que elas são ou podem vir a ser [...] (Nogueira, 2020 p.55).

Nogueira (2020) percebe a vida enquanto fenômeno narrativo. O filósofo A. Hampaté Bâ (*apud* NOGUEIRA, 2020), de forma semelhante, entende que a

palavra é o que inventa o mundo por meio dos sentidos. Porém, dependendo de seu uso, as narrativas podem ser potencializadoras ou despotencializadoras. Na lógica colonial, o mundo deve se reduzir à palavra de glossário colonizador, se reduzir a essa referência normativa; isso elucida a própria construção da loucura. De acordo com Nogueira a palavra ajuda a organizar a nível da consciência, o que produz efeitos nas nossas relações. Em sua perspectiva, contar suas experiências, “é uma forma de agir, de fazer algo a respeito de si mesmo e de se colocar diante do outro (NOGUEIRA, 2020, p.57)”.

Nesse capítulo, busco apresentar debates teóricos que colocaram as narrativas enquanto foco de análise. Para tal, utilizarei – de modo intencional – correntes de pensamento distintas, mas que podem dialogar entre si, e que me ajudam a marcar as linhas desse raciocínio que busco lhes apresentar. Em comum, eles apontam para os usos e produções das narrativas, articuladas a essa reorganização afetiva no fazer grupal das OMS.

2.1 DISCURSO E PODER A PARTIR DA PERSPECTIVA FOUCAULTIANA

Pensar o uso das narrativas no interior de OMS pede com que antes, entendamos como esses movimentos são atravessados pelas narrativas dominantes, que são disseminadas, produzidas e mantidas através de diversas instituições sociais. A essas narrativas da ordem dominante, chamarei de discursos.

No texto “discurso como arma de guerra: um posicionamento ocidentalista na construção da alteridade” (LOPES E FABRICIO, 2005), estudiosos da área da linguística refletem acerca das narrativas produzidas pela e para dominação colonial capitalista (ordem dominante em vigência). Os autores retomam em Foucault a compreensão de que os discursos são produzidos em contextos históricos específicos, ao passo que produzem fenômenos sociais. É a partir desse potencial criador que Lopes e Fabricio (2005) articulam a linguagem à história, particularmente em seu caráter produtor de realidades e provocadora de debates. Assim, compreender o mundo social passa também por explorar o território das atividades languageiras que o produz:

Entretanto, a maneira pela qual a nossa linguagem em ação afeta o panorama político-econômica-social-subjetivo é complexa e indireta, verificando-se fundamentalmente por meio "da criação de certos ideais, da valorização de modelos de pensamento, da propagação de certos repertórios de conduta, da difusão de metáforas que se incorporam ao senso comum, enfim, pela criação de novos jogos de linguagem, repertórios de sentido ou jogos de verdade, que dão consistência ao imaginário de uma época, imaginário por meio do qual o mundo, a existência e a experiência pessoal ganham consistência e significação (BEZERRA JR. 2002:232 apud LOPES E FABRICIO, 2005, p. 244)

Michel Foucault (1979) em seus estudos sobre poder desenvolve sobre este uma dimensão produtiva. O poder não é compreendido apenas com sua conotação negativa, como aquilo que pune, reprime e que limita, mas sim como uma relação produtiva. Produz instituições que produzem saberes, modos de se relacionar, que produzem, entre outros, corpos e subjetividades.

A proposta de Foucault (1999) é que, através da análise das relações de poder, possa se extrair histórica e empiricamente destas os operadores discursivos de dominação. Deslocando a análise do sujeito para relação a fim de mostrar as relações de poder por onde os sujeitos são fabricados.

Nessa perspectiva, o poder pode ser compreendido como um feixe de relações, mais ou menos organizadas, que são mais ou menos coordenadas. São diferentes estratégias de poder que se encrustam e que encontram suas condições de exercício em micro-relações de poder (FOUCAULT, 1999). Essas estratégias de poder podem ser compreendidas como dispositivos. Dispositivos são redes que se estabelecem entre elementos discursivos, instituições, organizações arquitetônicas, leis, entre outras. Essas estratégias são de relação de força sustentando tipos de saber e sendo sustentado por eles (FOUCAULT, 1999).

Foucault através de sua obra descreve instrumentos e estruturas de dominação, que por meio de instituições, da docilização dos corpos que nelas ocorre e de discursos que estabelecem saberes e verdades por elas propagados controlam o desejo.

Não tento encontrar atrás do discurso uma coisa que seria o poder e que seria sua fonte, como em uma descrição de tipo fenomenológico ou de qualquer método interpretativo. Eu parto do discurso tal como é. Em uma descrição fenomenológica, tenta-se deduzir do discurso algo que concerne ao sujeito falante; trata-se de reencontrar, a partir do discurso, quais são as intencionalidades do sujeito falante, um

pensamento que está se formando. O tipo de análise que eu pratico não se ocupa do problema do sujeito falante, mas examina as diferentes maneiras pelas quais o discurso cumpre uma função dentro de um sistema estratégico onde o poder está implicado e pelo qual o poder funciona. O poder não está, pois fora do discurso. O poder não é nem a fonte nem a origem do discurso. O poder é algo que funciona através do discurso, porque o discurso é, ele mesmo, um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder (FOUCAULT apud CASTRO, 2009, p. 120).

Mas o que visa esse discurso? Uma pergunta complexa que pediria mais espaço para ser desenvolvida. Então, percorreremos pistas a partir de leituras pós-coloniais da noção foucaultiana de “discursos”. Uma primeira pista aponta que a modernidade é equiparada à ocidentalização do mundo. Essa equiparação é imposta, uma vez que a modernidade é marcada pelo imperialismo, processo de invasão e dominação colonial. Deste modo, o discurso que se produz enquanto hegemônico e ocidental tem função de justificar a opressão e desumanização de corpos não brancos. Nesse percurso, práticas discursivas engendram saberes, produzem verdades sobre a diferença, sobre o “outro” que se quer dominar, produzindo subjetividades estigmatizadas (LOPES E FABRICIO, 2005). A partir de tal perspectiva eurocentrada, o ideal passa a ser o ideal do ocidente branco. São construídos pela branquitude os discursos próprios acerca do que é o “europeu”, e os discursos sobre o que é o “outro”, sobre sua falta e selvageria, o que produz desumanização do corpo que não é europeu.

Esse processo de alienação³ social/cultural perpassa a ordem discursiva. Se perguntar o que podem as narrativas é também se perguntar quais as relações de poder que as atravessam. Entendo que o que Foucault aponta é que o discurso possui função nas relações de poder, estabelecendo uma disputa sobre o “real” através de um conflito simbólico. Quanto aos corpos desviantes da moral e da norma da branquitude, Lopes e Fabricio (2005) ainda apontam que o “outro” e sua construção identitária são atravessados pela lente do colonialismo, de modo que, por meio de um processo político discursivo de ocidentalização, esse “outro” é compreendido e engessado em uma “outridade inferior”. Essa

³ Embora para Foucault o sujeito não apenas é produzido, mas sobretudo, se produz, faz a manutenção de sua produção subjetiva, mobilizo o termo alienação aqui pelos diálogos de Frantz Fanon em *Alienação e Liberdade: escritos psiquiátricos*, e Darcy Ribeiro no texto *Cultura e Alienação*.

inferioridade, essa falta, é introjetada através das relações sociais, como elucidam Neusa Santos Souza (1983) e Frantz Fanon (2008) em seus trabalhos sobre a relação do negro e as máscaras/espelhos brancos.

Ainda fundamentados pela análise *foucaultiana*, Lopes e Fabricio (2005) apontam que os discursos da ciência e a ideia do poder/saber foram centrais para justificar e legitimar um conhecimento sobre os não-europeus, na medida em que o “outro” foi colocado como objeto de estudo. É nesse processo que são estabelecidas normas sobre a alteridade do outro, lugar e verdade para cada subjetividade.

A partir desses debates, podemos perceber como o discurso colonial é fabricado com função de dominação e opressão, ditando o lugar de cada corpo, a fim de se sustentar a ordem dominante. Com a produção desse imaginário colonial, as vozes dos corpos desviantes são concebidas como “fora da razão” e estigmatizadas. Assim, estes sujeitos são violentados no âmbito social pelo racismo e pelo cisheteropatriarcado estrutural, mas também pela lógica colonial neles introjetada, cuja métrica de “cidadão modelo” é o espelho branco a partir normatividade da branquitude. Esse ideal colonial traz sofrimento aos corpos não brancos.

O discurso sobre a loucura é um desses dispositivos que regulam os corpos. Isso porque a loucura é produzida pelo saber colonial. Nele, a loucura não é vista como um modo próprio de ver a realidade, mas como uma não adequação aos ideais coloniais e ao “normal”. Aquele corpo que foge à norma tem sua fala deslegitimada e associada à ausência de razão. Não à toa, a jornalista Daniela Arbex, em seu livro *Holocausto Brasileiro* (2013) denuncia:

Cerca de 70% [dos internos] não tinham diagnóstico de doença mental. Eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder. Eram meninas grávidas, violentadas por seus patrões, eram esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, eram filhas de fazendeiros as quais perderam a virgindade antes do casamento. Eram homens e mulheres que haviam extraviado seus documentos. Alguns eram apenas tímidos. Pelo menos trinta e três eram crianças. (ARBEX, DANIELA. 2013, s/p).

A perspectiva higienista e racista cisnormativa usou do manicômio como instituição de depósito social, demarcando lugar físico e imaginário para os

corpos desviantes ou produzidos como fruto das negligências e violências sociais. As organizadoras da coleção “Luta Antimanicomial e Feminismos”, Rachel Gouveia Passos e Melissa de Oliveira Pereira, na apresentação do livro reforçam que a militância antimanicomial não é apenas contrária ao manicômio de paredes físicas, mas também contrária aos saberes e práticas que relacionam o sofrimento psíquico e o uso de álcool e outras drogas à loucura de modo estereotipado, “quase unicamente à doença, periculosidade, inabilidade e àquilo que necessita de tutela e contenção física e química (Pereira e Passos, 2017, p.9)”.

Nessa abordagem, o manicômio é entendido como ramificação da lógica colonial, pautado em uma ciência racista e cisnormativa. É visto como um instrumento de manejo das relações de saber-poder a partir da branquitude. Nessa perspectiva, ainda, qualquer tentativa de engessamento do sujeito, seja física ou da ordem do desejo/afeto, é compreendida enquanto prática manicomialista e antilibertária.

Se faz importante também considerar que, principalmente em contexto brasileiro (mas não somente), a loucura foi articulada à raça nas práticas higienistas, nas criminalizações de expressões culturais e musicalidades, na demonização e focolorização das religiões de matriz africanas e na guerra “às drogas”. Nessa linha, os estudos de Emiliano Camargo (2018) apontam que manicomialização da população negra teve, ao decorrer do tempo, formas distintas, que:

vão do abono das crises socioeconômicas das primeiras décadas do regime republicano, em razão da abolição da escravidão, à famigerada busca antiaboliconista; à ‘arianização’; ao combate de vícios como o álcool e o tabaco; ao incentivo de ‘bons hábitos, atividade física e intelectual’; à política do branqueamento e às práticas de controle de imigração dos considerados ‘inaptos’; à proibição de casamento entre os ditos ‘anormais’; à esterilização dos ‘degenerados’, atualizando-se no genocídio da população pobre, preta e periférica; assim como à guerra contra as drogas e ao combate em relação ao crack. Independentemente de sua forma e ação, o escopo central dessas práticas, ao longo dos anos, tem sido o controle social a partir da interseccionalidade raça/cor, classe social e gênero (DAVID, EMILIANO CARVALHO, 2018, p. 45).

Com isso, se faz importante racializar a ótica antimanicomial, para que se possa compreender que o discurso manicomialista é uma atualização da lógica

colonial de normatização e exclusão dos corpos. Para que se possa compreender como os problemas sociais – as produções de desigualdade social, o racismo estrutural, o cisheteropatriarcado - são ramificações da lógica manicomial que incidem sobre as subjetividades. E apenas a partir dessa compreensão e como elas se dão nas histórias de cada sujeito é que se pode articular uma estratégia de cuidado que considere as violências que perpassam as condições de um sujeito em sofrimento psíquico. Reconhecer a narrativa colonial é reconhecer a necessidade de um processo de conscientização popular, a fim de se desconstruir o enredo alienante da branquitude.

É nesse sentido que se apresentam movimentos outros, que se inserem no contexto de um pós-colonialismo. Este seria entendido como não só como uma superação desse período que sucede a independência das colônias, mas como outrora Santos (2002) já apontara, como discursos e práticas que buscam furar esse concreto da narrativa colonial para dar margem a outras histórias plurais. Além de ser uma via literária, o pós-colonialismo implica em uma *práxis*, um modo de perceber o mundo e a si, não mais alienado frente a si e suas condições de existência, construindo-se uma outra história e enredo frente às desigualdades e demais violências sociais. Esses usos das narrativas em processos de resistência serão abordados nas próximas seções.

2.2 A PERSPECTIVA ESQUIZOANALÍTICA: RESISTÊNCIAS, AFETAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS

Compreende-se que discurso colonial produz a estratificação das identidades e um engessamento dos sujeitos nos estereótipos não apenas pelo olhar social, mas através do próprio olhar para si. Esses discursos produzem não só visões sobre o mundo, mas também percepções acerca de si e de suas possibilidades. Por isso, falar das afetações desses corpos que experienciam não só opressões, mas também experiências de troca e partilha e saberes, é fundamental no jogo das relações de poder, em movimentos de processo de resistência e retomada.

Os afetos que experienciamos podem aumentar ou diminuir nossa potência de agir. Nesses tempos pandêmicos, assistindo a uma *live* do professor Renato Nogueira, o ouvi dizer que “o afeto é tudo aquilo que mobiliza nosso

desejo”. Deleuze e Espinosa seguem por essa via. Deleuze, pensando a filosofia prática de Espinosa, explica que:

Por afetos, entendo as afecções do corpo pelas quais a potência de agir desse mesmo corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou impedida. [...] Um afeto, que chamamos de paixão da alma, é uma ideia confusa pela qual o espírito afirma uma força de existir de seu corpo maior ou menor que antes [...] (ESPINOSA *apud* DELEUZE, 2002, P. 56.).

Entretanto, essas afetações, os afetos, não devem ser romantizados. Não são todas as afetações que são potentes, que mobilizam nossa potência criativa, potência de agir. Algumas afetações nos aprisionam, capturam o desejo, o fluxo de movimento. Há afetos que nos entristecem, quase como um desejo que chega a desejar desistir de desejar, que não reconhece que ainda há desejo, fluxo.

Suely Rolnik (2018) em seu livro “Esferas da Insurreição” contextualiza o que ela chama de “cafetinagem” colonial, por nós experienciada e discorre sobre o que ela também chama de “abuso da vida”. A autora explica que, se a base da economia capitalista é a exploração da força de trabalho para dela extrair mais-valia, esse cenário foi mudando de figura com as transfigurações do regime ao longo dos últimos séculos. A autora afirma que essa mais-valia subjetiva-se na própria vida dos sujeitos e se apropria do potencial de criação destes. Esses são canalizados de forma que se construa um mundo segundo os interesses neoliberais. Tal força vital acaba virando o motor desse capital (ROLNIK, 2018).

Isto posto, a autora ainda afirma que fica evidente que não basta agir na esfera macropolítica, onde tradicionalmente as esquerdas atuam. A resistência passaria hoje pela retomada, pela reapropriação coletiva dessa potência para com ela construir novos modos de existência, e isso refletiria em mudanças nas formas de realidade (ROLNIK, 2018).

Entretanto, ela nos atenta que apenas tomar consciência da necessidade de tal retomada não se faz suficiente. Pois a reapropriação do impulso de criação depende de ele incidir sobre as ações do desejo, de modo a imprimir-lhe sua direção e seu modo de relação com o outro. Entretanto, tais ações tendem a chocar-se com a barreira da política de produção da subjetivação e do desejo inerente ao regime vigente. Faz-se necessário achar escapes ou furar essas linhas duras. Assim, como pontuado pela autora, essa retomada diz de um

território que tem que ser incansavelmente conquistado tal qual construído em cada existência humana que compõe uma sociedade, o que intrinsecamente inclui seu universo relacional (ROLNIK, 2018).

Questionada sobre como libertar a vida de tal cafetinagem, ela encontra a saída nos afetos. No afetar-se, experimentar-se. Segundo ela, “há que se buscar vias de acesso à potência da criação em nós mesmos: a nascente do movimento pulsional que move as ações do desejo em seus distintos destinos” (ROLNIK, 2018, p.37) Avança ao dizer que esse trabalho exige que

junto com o deslocamento da política de produção da subjetividade e do desejo dominante na nova versão da cultura moderna ocidental colonial-capitalística, desloquemos igualmente a política de produção do pensamento própria a essa cultura, ativando sua medula vital e sua habilidade para desarmar as configurações do poder (ROLNIK, 2018, pp. 37-38).

Outro ponto do argumento da autora, relevante para nossa discussão é que, embora tal prática só possa se realizar no âmbito de cada existência, ela não se dá isoladamente. A princípio porque seu motor não começa ou termina no campo individual, uma vez que suas origens são os efeitos dessa lógica dominante que habita os corpos que o compõem e o seu produto são as formas de expressão dessas forças. Em segundo lugar, porque tal prática alimenta-se de ressonâncias de outros esforços na mesma direção e da força coletiva que elas promovem (ROLNIK, 2018).

Tais aspectos enfatizados por Rolnik (2018) vão ao encontro dos pontos levantados anteriormente sobre o trabalho emocional e as narrativas no interior de uma organização de movimento social. O que importa para esse trabalho, nesta breve pincelada sobre a potência dos afetos que nos compõe, é que esses são permeados por relações de poder. Os discursos coloniais produzem uma diminuição desses fluxos desejantes de potencial criativo dos sujeitos, os afetos são despotencializados e, assim, despotencializam o corpo em um investimento desejante capturado. No interior dos movimentos sociais, em organizações coletivas que compactuam com uma ética política pautada nos direitos humanos, esses afetos são reorganizados. Os engessamentos coloniais são confrontados, a fim de se dar lugar a fluxos de criação de outras possibilidades de afeto.

Um espaço que fomente rupturas nas estruturas coloniais-capitalísticas pela qual operamos pode produzir bifurcações até que sejam construídas passagens para que uma nova forma de existir passe. Um espaço não individual, um espaço coletivo, articulando sujeitos e contextos, o individual e o político. As verdades e estereótipos dos saberes e discursos coloniais podem ser nele questionados, a fim de se fazer espaço para que outras narrativas emergjam. Este trabalho acredita que as narrativas partilhadas e produzidas no interior dos movimentos sociais reorganizam essas potências. O movimento social e as narrativas que dele decorrem agem como esse corpo externo, onde são produzidas práxis libertárias, de cuidado e de luta.

Os movimentos sociais quando se colocam frente a esse discurso dominante não buscam produzir unicamente um enfrentamento material, mas também uma revolução do desejo, afetiva, uma vez que estes também foram capturados. Estes também produziam mal-estar em nossos corpos. A miséria gerada pelo capitalismo é tanto física quanto afetiva.

Seguindo essa linha de raciocínio, Domenico Uhng Hur, psicólogo brasileiro que trabalha sob a ótica da esquizoanálise, traz um capítulo dedicado aos chamados “movimentos sociais nômades”, cujo debate pode compor um diálogo com a literatura sobre trabalho emocional e emoções nos movimentos sociais. Essas produções de afetos potentes, ou seja, que aumentam nossa potência de agir, me soam próximas às propostas de ressignificação dos afetos no interior dos movimentos sociais, apontados pelos estudiosos sob a ótica das emoções e sentimentos.

O autor compreende movimentos sociais como movimentações com enlaces solidários, “que portam processos de mudança, ruptura com o instituído e busca pela transformação: os movimentos sociais lutam contra inúmeras modalidades de opressões em diversas instancias” (HUR, 2019, P.168). Ao articular os movimentos sociais com o conceito “máquina de guerra” de Deleuze e Guattari, o pesquisador desenvolve o conceito de “movimentos sociais nômades”, elucidando sua composição e funcionamento. O autor não apresenta definições fechadas, mas sim características gerais que podem indicar esse nomadismo, essa produção libertária e potente nos movimentos sociais.

Dentre as características apresentadas para esses movimentos sociais, o autor demonstra como essa “nomadopolítica” produz estratégias que perpassam

a aprendizagem de autogestão e afetos potencializadores e de constituição de subjetividades nômades e insurgência. Sobre a autogestão e os afetos potencializadores, Hur (2019) argumenta que no interior de algumas OMS pode haver um giro nas relações de força. As relações competitivas produzidas pelo capitalismo são negadas, e o “outro” é visto como seu companheiro. Busca-se produzir constantemente uma modalidade de poder horizontalizada. O autor ainda aponta que essa girada nas relações de força é formativa e pedagógica, uma vez que é “um modo de aprendizado e de viver alternativo ao diagrama de forças hegemônico e que se constitui e transmite na vivência do movimento social (HUR, 2019, 174).”

Outro ponto importante é que esse processo de autogestão não se cessa com a política. Pelo contrário, esse ato de compartilhar forças acaba sendo deslocado pelo sujeito para outras esferas de sua vivência, como família, trabalho e lazer. Segundo Hur (2019), esse compartilhamento dispara processos de autoanálise e melhor compreensão do que acontece no coletivo.

Os vínculos estabelecidos entre o coletivo constituem-se como bons encontros, agenciamentos intensivos que aumentam os afetos potencializadores de seus integrantes. Os afetos e corpos mais potencializados também elevam seu potencial de ação, sua capacidade de realizações, visto que são atualizadas forças e relações de composição, e não de decomposição tal como é marcada na rivalidade capitalista. E devido ao aumento de grau de afecção, à potencialização, que é a participação em um movimento social pode ter um efeito curativo aos seus integrantes, tanto do ponto de vista psicológico, como somático (zibechi, 2007), transformação psicossocial bastante visibilizada nas intervenções grupais de Pichon-Riviere (1986), com outros coletivos sociais. Obviamente, o aumento do grau de afetividade é uma dimensão fundamental para que seus membros permaneçam no movimento social, ou que se manifestem interesse em participar politicamente em coletivos sociais (HUR, 2019, p. 174).

O que os autores querem dizer é que esses aprendizados interpessoais, essa cultura interna que promove um modo outro de se relacionar, não se limita à ação no interior do grupo, mas se desloca para outras esferas da vida e promove aumento da potência dos afetos mobilizadores.

Outra característica geral relevante para nosso debate é a noção de constituição de subjetividades nômades insurgentes. Essas subjetividades estão no plural, justamente por se serem constituídas por um processo de subjetivação

“múltiplo, heterogêneo e variado, mas que se articula pela insurgência e rechaço da lógica disciplinas, de captura-estatal e da axiomática do capital (HUR, 2019, p.179)”. Essas subjetividades nômades são construídas por meio de “rachaduras no concreto da lógica colonial capitalística”, sendo ela questionada por meio da multiplicidade das histórias que emergem e se cruzam. A partir dessas rachaduras, outros fazeres podem encontrar brechas para se desenvolver.

Assim, o que era negado e reprimido ao sujeito frente às produções morais do capitalismo e dos ideais por elas postos ganha espaço de acolhimento, ou uma espécie de espaço seguro para existir, tomar forma e movimento. Esse espaço estaria marcado pelas bordas (limites) de uma ética-política orientada para autonomia e emancipação popular. O desejo ganha lugar, opera a fim de aumentar sua potência de agir.

O trabalho desse autor, portanto, busca compreender o que pode o fazer coletivo, o que acontece nas relações coletivas e no encontro das multiplicidades que possibilitam a invenção, e como o autor aponta, a composição de novas formas de vida, um outro modo possível, para outras formas de ser (HUR, 2019). Um modo que produza comunidade em vez de indivíduos, construindo-se uma passagem de objeto para sujeitos e um modo de vida que produza espaço para que a vida seja possível.

Deste modo, o movimento social nômade é uma composição de pessoas agenciadas por relações de sociabilidade, que, a partir de vetores de forças instituintes e linhas de luta, visa alterar a configuração de forças instituídas na sociedade, no Estado, ou mesmo no cotidiano. Porta uma ação instituinte, desejante e insurgente, que fomenta processos de autonomia e transformação, com relações de força que vão em direção diversa aos diagramas de poder hegemônicos. Entra em conflito com poder instituído, gerando fissuras, fendas e crises nas relações existentes, sendo uma ação de uma sociedade contra o Estado. É a expressão da resistência e da insurgência e tem efeito desterritorializador, funcionando como uma máquina de guerra contra a captura do Aparelho de Estado e amodulação da axiomática do capital (HUR, 2019, p. 181).

Contudo, de acordo com o autor, não é toda organização de movimento social que compõe um movimento social nômade. Acredito que o que Hur aponta é para o que pode esse coletivo, enquanto coletivo, enquanto sujeitos que inseridos nessa dinâmica também exercem e são afetados pelas relações de poder. O autor caracteriza esses movimentos, que como verbo, se fazem na

ação dessas multiplicidades de minorias e coletivos sociais que trazem junto a si o desejo e o imaginário da transformação social, que a partir de seu comprometimento com sua ética e um outro modo de vida possível, ensinam a transgredir (HUR, 2019).

2.3 O PENSAMENTO DE BELL HOOKS: SOBRE USOS E SENTIDOS DAS NARRATIVAS

Outra autora que dá destaque às narrativas e processos de resistência é bell hooks (2017). Em seu livro “Ensinando a transgredir” a autora compreende a linguagem enquanto campo de luta. Para além disso, também encontra nela lugar de cura. Mas para chegar a essa afirmação, é necessário reconhecer também seu lugar de violência, de dominação. O pensamento de bell hooks me mobiliza a pensar os usos e sentidos das narrativas, e são suas as percepções que apresento para a finalização desse capítulo teórico.

No livro “Ensinando pensamento crítico: saberes e práticas”, bell hooks (2020) tem dois capítulos dedicados a narrativas. Enquanto ela conta – como em uma boa história - suas experiências de sala de aula, podemos apreender suas percepções como educadora sobre por que contar histórias importa no processo de aprendizagem. A autora destaca como histórias atuam na produção de sentidos coletivos e no processo de conscientização no que diz respeito à percepção de mundo.

Embora bell hooks verse sobre as narrativas para refletir sobre a experiência da mulher racializada, utilizo seu trabalho para pensar a experiência da loucura, por esta ser um dispositivo de controle e “higienização” da sociedade colonial, como vimos no início desse capítulo. Assim, a produção da loucura é também um mecanismo da manutenção do racismo estrutural – algo que se pode observar de modo nítido na história brasileira.

Uma das principais características e usos das narrativas apontadas no livro “Ensinando pensamento crítico” é a capacidades destas **organizarem as complexidades dos conflitos e paradoxos** (HOOKS, 2020). A sociedade colonial e seus discursos produzem “fatos”, verdades e morais únicas. O “discurso oficial”, fundamentado pela ciência ou jurado por Deus de forma impessoal, autoritária e inquestionável. Esses “fatos” são tomados como dados,

distanciando os sujeitos dos fenômenos. O ato de contar histórias faz o contrário: os aproxima. Para explicitar isso, a autora mobiliza Annet Simmons, que em seu livro “O fato história: inspiração, influência e persuasão por meio da arte de contar histórias” (tradução livre), declara que:

Histórias são “mais verdade” que fatos, porque histórias são multidimensionais. A verdade com “V” tem várias camadas. Verdades como justiça e integridade são muito complexas para serem expressas em leis, estatísticas ou fatos. Fatos precisam ser contextualizados com “quando”, “quem” e “onde”, para se tornarem Verdades. Uma história incorpora “quando” e “quem” – longos minutos ou gerações, e a narração de um evento ou uma série de eventos com personagens, ação e consequências. Ela acontece em um lugar ou em lugares que nos dão um “onde” (ANNETTE SIMONS *apud* HOOKS, 2020, p.90).

Essa explicitação das autoras me lembra o que Polleta (2006) chama atenção ao pensar os usos estratégicos das narrativas pelos movimentos sociais. Esse enredo e o modo como o falante apresenta e amarra as sequencias de eventos dão mais riqueza aos eventos relatados e de certa forma expandem a percepção do ouvinte ativo na compreensão de um fato (POLLETA, 2006). Isso, que na citação mobilizada por hooks, é apontado como o quem, quando, e onde, apresentam-se como um espaço contextual que produz sentidos mais próximos aos sujeitos, fazendo com que eles possam apreender junto com o sujeito falante questões implícitas na sua fala.

Ao proporcionarem uma espécie de estrutura para a consciência contextual, as histórias nos permitem compreender o que há de escondido ou intrínseco. Essa compreensão do “outro” a partir desses elementos pode **proporcionar um sentimento de comunidade**. De acordo com hooks, portanto “contar histórias é uma das maneiras que temos para começar o processo de construção de comunidade [...]” (HOOKS, 2020 p. 89).

Para a autora, entre os processos de aprendizagem que as histórias suscitam, a construção do sentimento de comunidade é um desses. Bell hooks aponta que a “escuta ativa nos aproxima” (2020, p. 92), ao relatar que os estudantes escutavam as histórias uns dos outros com uma intensidade que nem sempre existia durante debates ou palestras em sala de aula.

Uma das formas de nos tornarmos uma comunidade de aprendizagem é compartilhar e receber as histórias uns dos outros; é um ritual de

comunhão que abre nossas mentes e nossos corações (HOOKS, 2020, P. 92).

Ressalta-se que o ato de contar histórias é um fazer coletivo: significa trocar histórias. Primeiro, porque implica em ao menos um sujeito falante e um sujeito que escuta – ativamente. E em um segundo ponto, porque uma escuta ativa implica na legitimação do outro enquanto sujeito falante. Para corpos que foram e ainda são estigmatizados e marginalizados, poder falar e ter sua fala e história legitimada é algo de extrema importância. Isso nos leva ao terceiro ponto importante sobre usos e sentidos das narrativas no pensamento da bell hooks: o ato de contar histórias cura.

Iniciei essa seção apontando que, para o pensamento de bell hooks, a linguagem é lugar de luta. Por isso, o primeiro ponto a ser fixado acerca do contar histórias como lugar de cura, de cicatrização, é que a fala é um ato político (HOOKS, 2019). No capítulo que dá nome ao livro, “Erguer a Voz”, a autora novamente nos conta mais uma história: quando ainda criança, enquanto mulher negra lhe era ensinado o que falar, “a fala correta da feminilidade” (HOOKS, 2019, p. 33). A ameaça para aquelas que se atrevessem a falar demais era o estigma da loucura:

[...] Nunca fui ensinada ao silêncio absoluto; fui ensinada a que era importante falar, mas a conversar uma conversa que era em si um silêncio. [...] Diziam-me: “se você não parar como toda essa conversa de doida e esse jeito doido, menina, vai acabar lá no hospício de western state”. **Loucura, não só abuso físico, era a punição para uma mulher que falasse muito.** Porém, mesmo com esse medo da loucura me perseguindo, pairando sobre minha escrita como uma sombra monstruosa, eu não podia deter as palavras; elas criavam pensamentos, escreviam discursos. Porque essa terrível loucura que eu temia, que eu tinha certeza de que seria o destino das mulheres ousadas que nasceram para a fala intensa (afinal de contas, as autoridades enfatizavam esse ponto diariamente), não era tão ameaçadora quanto o silêncio imposto, quanto a fala reprimida (BELL HOOKS, 2019, pp. 34-35, grifo nosso).

O risco do ato da fala não era tão ameaçador quanto o silêncio imposto e a fala reprimida. Repito para que tenham ênfase as palavras de hooks. Falar é um ato de coragem e resistência frente às políticas de aniquilamento das diferenças, daquilo que foge ao imposto. Esse processo de resistência e recusa frente ao discurso imposto, de reclamar a si o direito de contar sua própria

história e ser ouvida, como uma fala legitimada é o que marca o processo de cura que bell hooks chama de autorrecuperação:

No meu pensamento, eu conectava inúmeras vezes autorrecuperação com todo o esforço do oprimido, do dominado, para desenvolver consciência daquelas forças que exploram e oprimem; com os esforços de educar para uma consciência crítica, para criar resistência efetiva e significativa, para fazer a transformação revolucionária (HOOKS, 2019, p.76).

Citando Paulo Freire, a autora ainda nos lembra que não se pode ir à luta enquanto “objeto”, mas apenas como sujeito (hooks, 2019). Isso é fundamental para a transformação social, uma vez que a condição de sujeito é a possibilidade de exercer o direito de dizer sobre si.

[...] é essa voz coletiva que lutamos para recuperar. Dominação e colonização tentam destruir nossa capacidade de conhecer o eu, de saber quem somos. Nós nos opomos a essa violação, essa desumanização, quando buscamos a autorrecuperação, quando trabalhamos para reunir os fragmentos do ser, para recuperar nossa história. [...] Nenhuma mudança radical, nenhuma transformação revolucionária poderá ocorrer nesta sociedade – nesta cultura de dominação – se nos recusarmos a reconhecer a necessidade de radicalizar a consciência em conjunto a resistência política coletiva. Quando falo sobre radicalizar a consciência, penso na palavra conscientização, que implica muito mais do que a mera adoção de slogans politicamente corretos ou apoio a causas politicamente corretas (HOOKS, 2020, p. 78-79).

O processo de autorrecuperação me parece próximo à perspectiva de Hur sobre subjetividades nômades. Ambas falam sobre um espaço de questionamento dos ideais normatizados, que potencializa a retomada desse desejo, das multiplicidades e da diferença. Em ambos os casos, se enfatiza um fazer que envolve um processo coletivo. Embora esse trabalho não se aprofunde em uma corrente de pensamento específica, a constituição de sujeito no pensamento de hooks se mostra rica para pensarmos não só os usos e significados das narrativas, mas também esse processo de conscientização, reorganização política dos afetos. Os debates percorridos nesse capítulo se conectam às histórias e percepções partilhadas no capítulo seguinte.

3. A LUTA ANTIMANICOMIAL ME CONVIDA A ESCUTAR HISTÓRIAS

A Luta Antimanicomial me conta histórias. Nas minhas experiências de estágio básico, realizadas na Residência Terapêutica⁴ Municipal de Vitória, nas insurgências coletivas, como no Unidos Pelo CAPS, até os eventos e reuniões regionais e encontros nacionais, estes últimos os quais acompanhei já enquanto psicóloga e pesquisadora, escutei histórias e observei a busca pelo protagonismo dos que estão nas pontas dos serviços. Os espaços de fala e escuta sempre estiveram presentes.

Chamo de *espaços de fala e escuta* os espaços em que se opera uma dinâmica na qual todos são convidados a participar através do compartilhamento de histórias, opiniões e experiências, e na qual toda e qualquer fala importa. Essa dinâmica do movimento da luta antimanicomial (porém não exclusiva a ele) faz parte da sua perspectiva de cuidado autonomia e participação popular, como buscarei demonstrar ao longo desse capítulo através dos dados obtidos nessa pesquisa.

Se, com base no referencial teórico exposto no último capítulo, marco aqui as narrativas como ferramentas centrais para a emergência de outros saberes e *práxis*, aqui me pergunto como são operadas essas narrativas no interior do movimento social da luta antimanicomial. A partir de registros documentais e audiovisuais, de experiências de campo e de entrevistas semiestruturadas com participantes do ENLA (2019) e com membros do NELA/ES, apresento nesse capítulo as percepções dos próprios atores sobre usos e sentidos das narrativas no interior do movimento. Pergunto-me onde se dão esses espaços de fala e escuta, quais são essas narrativas e sobre o que elas contam, quem conta e para quem conta e busco algumas pistas para a questão sobre para que contar histórias. A seguir, junto de meus interlocutores e experiências de campo, me

4 Ministério da Saúde (2004, p. 6): “O Serviço Residencial Terapêutico (SRT) – ou residência terapêutica ou simplesmente “moradia” – são casas localizadas no espaço urbano, constituídas para responder às necessidades de moradia de pessoas portadoras de transtornos mentais graves, institucionalizadas ou não”.

proponho, não a responder de modo fechado essas perguntas, mas a explorar alguns caminhos indicados por esses ativistas.

3.1 ONDE E QUANDO CONTAR HISTÓRIAS?

Assim como as histórias, os espaços nos quais elas são compartilhadas são diversos. Quando busco identificar como se dão esses espaços e momentos, onde ou quando, percebo que estes podem estar demarcados por espaços físicos – como como a “Tenda Paulo Freire” organizada na realização do ENLA -, mas são principalmente uma dinâmica, um modo de se relacionar, que ocorre em momentos diversos e pouco demarcados em atos públicos e reuniões internas da Luta.

Esses espaços e momentos de fala e escuta podem ocorrer em uma praça pública ou nas salas ou cozinhas dos serviços. São recorrentes em encontros, reuniões ou atos públicos da luta antimanicomial, sendo organizados através de dinâmicas como o “microfone aberto” e as “perspectivas de educação popular”. É importante ressaltar que estes não são espaços exclusivos e segregados, são territoriais, construídos coletivamente e buscam garantir a participação popular.

Nesta breve sessão, elucido dois destes espaços, que foram importantes nesse percurso de pesquisa, principalmente por me atentarem para os espaços de fala e escuta nas dinâmicas da Luta Antimanicomial. Compartilho minhas experiências e relatos de campos realizados no Dia Mundial da Saúde Mental e no Encontro Nacional da Luta Antimanicomial, ambos ocorridos no ano de 2019.

O Dia Mundial da Saúde Mental foi comemorado em Vitória em 2019 no Parque Pedra da Cebola e várias atividades compunham aquele evento. Aulas de forró, tai chi, yoga, música sendo cantada, poesia recitada, painéis de pintura coletiva, oficinas de reciclagem com garrafa pet e feltro, produzindo-se macramê e brinquedos de materiais recicláveis. O evento foi uma construção coletiva da rede de saúde mental do município de Vitória em parceria com o NELA/ES. Cada dispositivo participante, estudante ou instituição, levou algo para contribuir e construir esse evento.

Estar naquele espaço produziu-me a sensação de “afetar-se” ao olhar atentamente para as pinturas expostas, ou para os sorrisos, danças e cantos. Outro espaço que me afetou foi a dinâmica do “Microfone Aberto”, na qual escutei denúncias em relação aos manicômios vindas daqueles que sofreram as

opressões de institucionalizações. As histórias contadas não eram só histórias de dor, mas também de orgulho de ser quem se é.

Essa dinâmica aconteceu em uma área tampada do parque e, ao redor dela, a área aberta também estava ocupada por pessoas que participavam das demais oficinas que ali ocorriam. O espaço coberto era retangular. Em uma ponta, cadeiras e mesas das oficinas de pintura e presilhas de cabelo. Na outra, um espaço com instrumentos – a presença de música também marca os encontros da luta – e um microfone. As pessoas, de modo espontâneo, ocupavam seus lugares de fala, e ao fim, davam licença ao próximo. Em um geral, as falas eram livres. Em algum momento ou outro rodas ou pautas com assuntos específicos eram solicitadas, mas ainda nesses momentos – mais formais como reuniões ou assembleias -, os participantes não pareciam rígidos com os assuntos evocados.

“Humanidade, afeto e liberdade” foram três palavras ditas por uma das ativistas ao ser questionada durante uma conversa informal sobre as sensações que aquele espaço lhe proporcionara. Parece que o que os atores neles reivindicam é algo simples, mas que ameaça completamente a ordem estabelecida. Então, o que me parece é que esses sujeitos firmam suas lutas não pensando só o ideal almejado, mas também nos seus fazeres cotidianos, nos seus eventos de comemoração e ao mesmo tempo protesto. Essa militante ainda afirmou: “Essas ações são ações antimanicomiais, então a gente vê concretizando a nossa luta.”

Já durante o ENLA de 2019 lembro, particularmente, de me afetar com um espaço sobre Educação Popular em Saúde, ocorrido na carinhosamente chamada “Tenda Paulo Freire”, cuja proposta era a troca de saberes. Lembro-me de uma moça de saia longa e turbante estampado em tons verdes dizia que aquele espaço era para “lembrar como todos têm um pouco de aluno e professor em si, capazes de aprender quanto de ensinar”.

No chão desse espaço estavam duas cangas com livros, cartilhas da Luta, preservativos, velas, ervas, jornais. Uma placa dizia aos que ali circulavam que eram “bem-vindos a pegar ou deixar o que quisessem”. Havia também um espaço para ser benzido e um cantinho da autoestima, no qual havia uma profissional fazendo cortes e sobrancelhas dos que desejassem, o que inclusive gerou uma breve discussão sobre estereótipos de gênero entre os participantes.

Erámos um tanto – algumas dezenas de pessoas -, espalhados em volta das oferendas no chão. Novamente, o microfone estava ao lado de um violão em um canto para qual todos direcionavam o olhar. Os assuntos dos que pegavam o microfone eram plurais, sobre sexualidade, espiritualidade, produção de ciência, entre outros. Os participantes compartilhavam músicas e versos. Havia testemunhos, denúncias, manifestações de arte e de desejo.

Durante o ENLA, eu escutei pela primeira vez também sobre as Oficinas de Cidadania. A primeira vez foi durante o grupo de trabalho de mobilização de familiares e usuários, quando ouvi Cirilo contar pela primeira vez sobre sua história. De acordo com ele, essas oficinas aconteciam em uma sala qualquer do serviço e a psicóloga que ministrava essa oficina passava linha por linha a Lei da Reforma Psiquiátrica. Esse espaço suscitava questões, fez com que ele pudesse perceber sua realidade e a realidade a sua volta de modo mais crítico. Miriam, durante sua entrevista, também me contou sobre as dinâmicas que ocorreram no movimento local (ES), que buscaram fomentar processos de pensamento crítico para usuários e familiares. Ela conta desses movimentos, principalmente depois da ocupação coordenação de saúde mental Brasília em 2016 pelos militantes luta antimanicomial

Interpreto a presença nesses espaços como um convite para escutar histórias. Histórias diferentes, mas que falam sobre cuidado, construção coletiva, direito de falar e ser escutado. Sobre esses sentidos atribuídos, compartilho a seguir alguns trechos retirados dos registros do ENLA e de entrevista com militantes e participantes Luta Antimanicomial em nível nacional e regional.

3.2 QUEM CONTA HISTÓRIAS?

Quais são os sujeitos que falam na luta antimanicomial? Polleta (2006), discutindo os usos das narrativas em movimentos sociais, atenta para o papel de quem enuncia como parte da construção do significado da enunciação. Os corpos que falam nos espaços da Luta Antimanicomial são muitos e múltiplos, produzidos à margem da sociedade. Suas histórias são atravessadas por dispositivos de opressões de raça, controle de gênero e sexualidade, bem como por problemas produzidos pela sociedade capitalista, como desemprego sistêmico, abusos do mercado de trabalho, gentrificação, entre outros, assim

como todo individualismo e miséria afetiva que tem sido produzida. O adoecimento psíquico parece se apresentar como o corpo recusando esse modelo de sociedade e de sujeitos.

Essas pessoas cujos corpos e experiências de diferença recusam a imposta normatividade colonial capitalista, mas que ainda inseridos neste, são produzidos no interior deste sistema em estereótipos desumanizadores. Nesse oriente, técnicas desumanas de intervenção sobre esses corpos são implementadas como formas de “tratamento” de sua “saúde” e discursos são elaborados sobre seus corpos. A Luta Antimanicomial surge como denúncia a essas negligências e violências, propondo modos outros de cuidado que reconheçam de forma plena essa existência, as desigualdades e violências que as atravessa e que promovam um cuidado a partir dela. Para além desse outro modo de agir, a Luta Antimanicomial propõe outra forma de perceber o mundo, outra mentalidade que não reproduza os aprisionamentos e opressões dos modos de vida.

Nos espaços de fala e escuta aqui analisados, embora todas as pessoas sejam convidadas a falar, a partilhar suas histórias, o protagonismo é de quem tem o serviço enquanto direito, os “usuários” dos serviços. Graça me conta que o Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial no estado do Espírito Santo foi reativado alguns meses depois da inauguração do primeiro CAPS do município de Vitória, na época por ela coordenado, em virtude da necessidade de fomentar debates e incluir usuários e familiares:

(...) Tanto que teve o fechamento de uma clínica, a Clínica Santa Angélica, aqui em Vitória, que tinha uma ala feminina e uma ala masculina, mas que começa com movimento dos trabalhadores. Como reproduz de alguma forma o movimento, que foi um movimento de trabalhadores. **E aí eu falei “a gente precisa resgatar isso, com os usuários”.** (...) Então ele começa assim. agora já enquanto CAPS, fazendo um movimento mais aberto, saindo do hospital psiquiátrico e dentro dessa coisa com cuidado em liberdade, a gente que começou assim, né (...) E fomos fazendo isso com certa regularidade, fazendo discussões, conversando. Sempre, sempre, sempre incluindo os usuários, chamando os familiares também, com certa regularidade, sempre com muita dificuldade (Graça, entrevista com a pesquisadora).

Essa memória de Graça é interessante por indicar que o movimento antimanicomial no estado do Espírito Santo é reativado a partir da inserção dos usuários nos debates e na organização do movimento. Sem usuários e seus familiares, sem rede, não há fazer antimanicomial.

O que eu mais luto, eu acho que a forma que a gente tem de se revolucionar e revolucionar o outro é através da educação, da escuta, através da sensibilidade e da paciência. E eu acho que é isso que eu deixo, sabe. Das pessoas aprenderem a escutar de fato, dos profissionais da saúde mental, eu acho que mais do que as pessoas, e o processo de profissionais que anda me decepcionando muito de saúde mental. A decepção é muito grande. Tem hora eu falo “mano...” sabe? Eu acho que excitar aprender a escutar, mas *aprender* a escutar, ter a sensibilidade da escuta, parar com tanta arrogância, um diploma não te dá conhecimento se você não está aberto, se você não entende seus limites. A sua atuação junto com o outro reflete seu passado, a sua história. A gente tem que ter o senso crítico para gente. A gente tem que estar sempre atento e vigilante porque a gente trabalha com a subjetividade do outro. A gente tem uma caneta na mão que vai determinar vida e morte daquela pessoa, a gente vai estigmatizar ela diante do que a gente enxerga e do que a gente vê (Maria, entrevista à pesquisadora).

3.3 POR QUE CONTAR HISTÓRIAS?

Movimentos sociais são insurgências que reagem frente aos controles de raça, gênero e classe e que buscam produzir sujeitos que caibam nas classificações (de norma e desviantes) criadas pela ordem dominante. Deste modo, ainda que violências estruturais aproximem as (sobre)vivências por meio dessas classificações, cada história falada apresenta experiências que são vivenciadas de modo único. Nesses espaços de fala e escuta, portanto, busca-se garantir o direito a essas existências desviantes e marginalizadas e a possibilidade de que cada um se aproprie de sua própria história, afirmando-se o que escapa à gramática colonial capitalista. Trata-se de erguer a voz pelo direito de ser, contar sua própria história e ser *escutado*.

Os espaços e experiências de fala e escuta são vistas como fundamentos da própria definição da luta e das práticas em saúde mental por ela defendidas. Nesse sentido, participar da luta e realizar práticas antimanicomiais significa em

grande medida contar e escutar histórias. Sobre isso, lembro-me de um trecho da entrevista de Miriam, integrante da luta e representante familiar no NELA/ES, onde ela fala da importância desse espaço de fala e escuta para o movimento:

(...) Então, eu fui secretária do conselho municipal do direito da pessoa com deficiência durante quase 10 anos. Lá eu tive alguma coisa com outra, eu aprendi muitas coisas. **Eu aprendi que, segundo a comissão da ONU, tem um pedacinho lá que fala “nada sobre nós sem nós”. Então assim, a nossa luta é constante, porque nós queremos dar voz e voto aos usuários, ao familiar, a todos os segmentos profissionais que estão lá na ponta, porque só cada um sabe o que se passa. Então, aprender a não falar pelo outro. Ouvir mais.** Uma coisa que ao longo da minha vida eu aprendi, que até porque hoje ainda eu continuo trabalhando e eu trabalho atendendo o público... Então, as pessoas elas são carentes de serem escutadas. Nós temos a mania... A pessoa começou a falar e a gente já adivinha o que ela quer. E aí ela continua falando, concorda e fica por aquilo mesmo. Nós temos que desconstruir isso. Nós temos que aprender a ouvir. Porque aquela pessoa que chega até nós desarrumada com a aparência abatida, aquela pessoa tem muito a falar. E nós temos que aprender a ouvir, porque nós temos muito a aprender com essas pessoas mais simples. Então hoje em dia o mundo tá tão atropelado, as coisas tão atropeladas, as pessoas cada vez correndo mais, cada vez mais ambiciosas, então assim, a gente acaba não ouvindo essas pessoas. (...) nós precisamos ouvir mais, entendeu barbara? (Miriam, entrevista à pesquisadora)

Se a luta antimanicomial defende a insurgência de narrativas de “outridade”, sua *práxis* exige a presença de uma *escuta ativa*. Essa escuta ativa é, entre outras coisas, uma escuta de reconhecimento. Em sua entrevista à pesquisadora, Graça, militante da luta antimanicomial que coordenou o primeiro CAPS do município de Vitória, na época recém-inaugurado, caracteriza assim os espaços de fala e escuta do movimento:

[São o] Fio condutor ou fio da navalha, que caracteriza o movimento nacional da luta antimanicomial. Esse protagonismo dos usuários, por mais difícil que seja sustentar isso assim, ele é caro ao movimento nacional. A gente aprendeu dessa forma, a gente viveu dessa forma, eu já vivi dessa forma. Esse protagonismo, essa coisa de estar na linha de frente, sabe? Nesse exercício mesmo de estar se expondo. Da gente tentar. Porque a gente não se iguala, a gente não está na mesma condição. Sempre tem as relações de poder aí. Mas nessa tentativa de estar junto mesmo, e com todas as

dificuldades, mas de não tutelar. É um exercício permanente (Graça, entrevista à pesquisadora)

O processo político de **engajamento coletivo**, o exercício da fala e da escuta, são, como Graça aponta “parte do tratamento do serviço”. Quando diz que “a gente viveu assim”, a entrevistada demonstra também como o aprendizado ocorre através das experiências do fazer coletivo. É para esse **protagonismo** que, em entrevista, Ivan - familiar e profissional na luta antimanicomial -, chama atenção quando vai me contar sobre sua experiência no ENLA 2019:

Eu falo que, assim, eu amei principalmente para o meu filho, porque eu vi a voz dos usuários. **O primeiro dia foi Encontro Nacional dos Usuários na Luta Antimanicomial. E aí eu vi ali as pessoas falando as suas dificuldades, as suas frustrações, o que elas já passaram no serviço. É isso que tem potência. (...)** É isso que eu, às vezes, no Espírito Santo, já irritei muita gente, porque eu levo sempre isso. Eu sinto a ausência do usuário nas mesas, nos debates, trazendo suas dificuldades seus familiares. **O que justifica tudo isso? O que justifica a luta, não é a vida dessas pessoas?** O sofrimento que está sendo gerado na vida das pessoas? Então por que existe essa ausência toda? Teve exemplo, que eu fui falar isso e o pessoal arregalou o olho. Mas aí eu fui olhar na mesa, e querendo ou não, apesar de ser profissional, eu também sou familiar, aí fora eu que tinha alguma relação que estava sofrendo na ponta. Na mesa era psicólogo, era psiquiatra, era assistente social, só que não tinha usuário. Sendo que não tem que ser presença, tem que ser maioria (Ivan, entrevista com a pesquisadora).

A fala de Ivan é um convite a retomada do sentido da luta de acordo com sua perspectiva. O que justifica tudo isso? Ele pergunta, já apontando que são nas histórias, nas dificuldades, vulnerabilidades e nas potências das experiências dos indivíduos que está um oriente possível para a luta:

Me fala aí. Me fala livremente o que você está passando, o que está acontecendo, como que é seu acesso lá, como você faz para chegar num CAPS. E isso é vida, é rotina da pessoa. Se o movimento social não tiver esse tipo de sensibilidade, para que existe movimento social então? Você fala que é militante e pronto, acabou, vira um *status*. **Então, assim, quando eu fui naquele movimento social e vi gente que tinha sido institucionalizada e conseguiu sair,**

institucionalizada de novo e conseguiu sair e conseguiu sair de novo e estava ali brigando dizendo que não voltava para lá, defendendo o CAPS dele e falando tudo o que passou lá dentro, as torturas, o castigo, falando de eletrochoques, eu achei o máximo. Primeiro dia para mim eu falei “não, é isso aqui, esse é o caminho”. (...) Esse protagonismo do primeiro dia, essa fala aberta, essa fala franca de quem estava lá na ponta sofrendo, passando pelo aperto e sendo torturado, isso para mim foi muito forte. Foi muito rico para mim. E eu disse “por esse é o caminho, tem que dar voz pra essas pessoas que é aí que está o caminho que tem que a gente tem que se desenvolver”. A luta se justifica por aí, protagonismo do usuário (Ivan, entrevista com a pesquisadora).

Maria, militante e redutora de danos, em sua entrevista, reafirma o lugar potência dessa escuta, potência de cuidado e de aprendizagem:

Eu falo para você. Indo para redução de danos, indo para rua, o trabalho que eu fiz e que eu faço com essa galera em situação de rua é um trabalho incrível. Incrível cara. Porque eu escuto, elas têm a me ensinar. Eu me sento no chão e escuto essa galera. A gente tem que aprender a ouvir. A gente tem que ter a paciência da escuta e até a paciência de ficar calada no chão. Eu tive atendimento, um dos, uma mulher que estava extremamente intoxicada em uma praça. E eu me sentei com ela no chão e ela contou a vida dela todinha e vim embora. Uma hora e pouco com ela ali. Três meses depois, ela apareceu no CAPS e não voltou mais para a rua. E olhou para mim naquele dia e falou: “Eu estou aqui, porque você se sentou lá no chão comigo e conversou. Você estava ali comigo”. É o escutar, é ter a sensibilidade técnica, sem preconceitos. Eu sempre fui uma pessoa preconceituosa até então. Mas eu fui me desconstruindo e entendendo que existem vários mundos e várias realidades, e como eu posso afetar essas realidades, esses mundos (Maria, entrevista com a pesquisadora).

O ato da escuta é um ensinamento e aprendizado da Luta Antimanicomial. Isso me remete à minha observação no espaço de Educação Popular em Saúde, ocorrido na carinhosamente chamada “Tenda Paulo Freire”, cuja proposta era a troca de saberes. Nele, uma moça de saia longa e turbante estampado em tons verdes dizia que aquele espaço era para “lembrar como todos tem um pouco de aluno e professor em si, capazes de aprender quanto de ensinar”.

E eu acho que é isso que eu deixo, sabe. (...) Eu acho que exercitar, aprender a escutar, mas *aprender* a escutar, ter a sensibilidade da escuta, parar com tanta arrogância. Um diploma não te dá conhecimento se você não está aberto, se você não entende seus limites. A sua atuação junto com o outro reflete

seu passado, a sua história. A gente tem que ter o senso crítico para gente... A gente tem que estar sempre atento e vigilante, porque a gente trabalha com a subjetividade do outro. A gente tem uma caneta na mão que vai determinar vida e morte daquela pessoa, **a gente vai estigmatizar ela diante do que a gente enxerga e do que a gente vê.** A gente não entende o que é nosso psíquico, a gente não tem nenhuma ciência estabelecida sobre saúde mental, sobre um F19⁵. O que é F19? O que é esquizofrenia? Então, a gente tem que tomar cuidado nas nossas ações no mundo, a gente tem responsabilidade com o outro. Então é isso que eu quero deixar, porque é o que mais me angustia (Maria, entrevista à pesquisadora).

Se estigmatização é vista no ato de fechar o sujeito em um conceito, em uma classificação, o contar sua própria história é humanizar a compreensão sobre uma experiência, dar a ela nome, sobrenome e endereço. É reconhecer que aquela dor tem uma história e pode não ser reduzida a ela. Através do compartilhamento histórias, o mito da história única cai, e damos lugar a outras. Assim, o que meus interlocutores apontam é toda e qualquer narrativa importa. Dos testemunhos de violências e negligências, às cotidianas que remetem ao direito de escolha, de se implicar, e de se relacionar.

3.4 O QUE AS HISTÓRIAS PRODUZEM?

Histórias são contadas sobre o mundo, sobre as coisas e sobre nós. Algumas histórias são tão contadas que se tornam verdades. Elas se tornam referências de como percebemos e agimos no mundo, e até com nós mesmos. Durante meu percurso de campo conheci pessoas incríveis, algumas destas foram gentis em me conceder entrevistas e partilhar comigo e com esta pesquisa suas histórias.

Manoel foi uma dessas pessoas. Usuário da rede e membro do coletivo antimanicomial de Campinas, que sem esconder o sorriso no rosto, partilhou sobre sua viagem ao Estados Unidos com coletivo para participar da elaboração de uma pesquisa junto a uma universidade na Califórnia. Uma das coisas que eu escutava Manoel dizer era como ele estava feliz por não estar na posição

⁵ Categoria do CID-10 (Classificação Internacional de Doenças): F19 - Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas.

histórica que lhe é colocado, de objeto de estudo, mas que ele agora contava sua história. Assim, o ato de contar histórias tem um efeito biográfico importante no reconhecimento dos sujeitos.

Além disso, as histórias produzem efeitos importantes para as práticas em saúde mental defendidas pela Luta. Anteriormente, quando fui apontar quais eram essas histórias, eu iniciei apontando que eram histórias de diferença. Para Miriam, é justamente por essa diferença que toda história importa. As narrativas permitem reconhecer essa diferença e, assim, produzir um cuidado humanizado em relação aos usuários:

Por isso que eu acho que esse movimento é muito importante. Porque a gente consegue dialogar com os outros familiares e ver que nós sabemos que cada caso é um caso. Nós não somos uma receita de um bolo que a gente vai lá, acompanha direitinho e sai o bolo perfeitamente. Cada caso é um caso, cada tratamento é um tratamento diferente. Então a gente tem que ter esse olhar (Miriam, entrevista à pesquisadora).

Dizer “nós não somos uma receita de bolo” é também dizer que não somos uma classificação, não podemos ser reduzidos a uma, e não são falsas terapêuticas guiada por características fechadas que efetuarão um cuidado. O que Miriam e Manoel me dizem é que erguer a voz e contar sua própria narrativa tem importância tanto para o processo de reconhecimento dos usuários quanto para a orientação da prática dos profissionais.

A partir de outra fala de Miriam, podemos perceber que histórias também geram aprendizado interpessoal e produzem mobilização e engajamento dos familiares no processo terapêutico e dimensão das instancias políticas sociais:

Então, esse primeiro encontro nacional, ele foi assim... Tudo para mim era muito novo, entendeu? Até então, eu não tinha contato com outras pessoas que tinham filhos com os mesmos sintomas que o Genilson, entendeu? Então assim, foi muito gratificante. Eu aprendi muito. Aprendo até hoje. E, assim, foi muito importante, porque a parti do movimento eu comecei a entender que nós familiares, nós precisamos ser parte do tratamento. Porque, assim, as equipes multi-profissionais, elas são importantes, e nós familiares temos que ser incluídos também nesse mesmo grau de importância. Por quê? Quem passa mais tempo com o familiar com deficiência ou algum transtorno, são os familiares. Então, assim, a gente precisa ser parte do tratamento, ser ouvido, concordar quando necessário,

discordar do tratamento quando necessário também (Miriam, entrevista à pesquisadora).

Quando Miriam me conta sua história, ela aponta como a partir da inserção no movimento, a partir do compartilhamento de outras histórias que se aproximavam da dela, ela percebeu como sua participação era fundamental como parte da luta e do tratamento/cuidado. Em sua entrevista, ela fala como estar entre pares gerou informações que a mobilizaram. Assim, histórias também são contadas para mobilizar companheiros não apenas nos processos de cuidado, mas também na militância, a fim de que as reivindicações continuem ecoando.

Às vezes a gente fala assim... A gente fala, fala, fala, mas a voz da gente não ecoa. Então por isso, Bárbara, que a persistência... Por isso que a gente tem que tentar. Você fez uma vez e não deu certo? Continua fazendo. Uma hora alguém vai te ouvir. É isso que a gente tenta passar para os familiares, que a gente tenta passar para os usuários. (...) Eu não estou lutando por uma causa, eu estou lutando pelo coletivo. (...) Infelizmente, depois do governo Bolsonaro, as políticas estão sendo aprovadas conforme eles desejam. As políticas são impostas goela-abaxo, de cima pra baixo. Não são discutidas na base. E eles desconhecem totalmente as instancias de... As conferências sociais onde estão as propostas tiradas das conferências, estão os fóruns de debate, estão as assembleias. Então assim, enquanto não mudar isso, estamos nas mãos deles. Mas não deixamos de protestar, nosso protesto tem que ser constante. Uma hora a gente vai ser ouvido (Miriam, entrevista à pesquisadora).

Miriam aponta como as vias de participação popular têm sido limitadas desde 2017 a partir de alterações nas políticas de saúde mental e drogas em nível federal. Porém, indica a importância de manter-se firme no exercício interno de erguer a voz: “uma hora seremos ouvidos!”. Diante desse cenário, as histórias são contadas entre ativistas para produzir engajamento e aprendizado sobre o fazer antimanicomial.

O relato de trajetórias em espaços de fala e escuta ressalta o impacto da Luta na vida de seus integrantes, reforçando o sentido da ação do movimento e, assim, produzindo engajamento. No relato abaixo, ao compartilhar sua história, Cirilo indica os impactos das práticas terapêuticas defendidas pela Luta em sua

vida, conectando-o à um chamado para a ação em um momento de ataques políticos a essas práticas:

Boa tarde, pessoal. Mais uma vez, eu sou o Cirilo, eu vim lá do Amapá. Sou coordenador da luta antimanicomial do Amapá e usuário do sistema psicossocial. (...) E a minha bandeira é a redução de danos, porque foi através dela que eu me recuperei da minha dependência de crack. Há mais de 5 anos eu tenho uma vida saudável e pratico todos meus lazeres do meu dia a dia. E estou aqui inclusive com vocês conversando, porque eu poderia estar largado na Cracolândia e essa experiência, apesar de muito dura e pesada, ela me trouxe muita sabedoria. Um amigo esses dias atrás perguntou o que o CAPS mudava na minha vida. E para mim ele representa paz e sabedoria, porque ele foi o lugar... Esse ambiente onde eu fui acolhido. Onde eu fui instruído a buscar os meus direitos e meus deveres. Então, é uma satisfação enorme estar aqui om vocês. E sobre espiritualidade, eu particularmente não cultuo nenhuma, mas tenho um carinho muito especial pela umbanda, candomblé e pelo budismo, para firmar as ideias. E transformar também a linha do pensamento. Como eu atuo diariamente na minha vida. E mais essa importância desse encontro para fortalecer essas ideias de como devemos reagir agora ao atual momento político, que embora a gente resista bastante, está cada vez mais difícil resistir, porque cada brecha que a gente encontra para lidar com as dificuldades se fecham as portas. Então, eu acho que a população tem que ir para além dos encontros, para além dos foros, para além do debate, e atuar dentro da realidade das pessoas, principalmente dos usuários e ponderando cada vez mais e trazendo a consciência para eles da importância que eles têm dentro do serviço, e como eles são o alicerce, a base para esses serviços não fecharem... Que é o objetivo do governo do país inteiro, que é fechar os serviços da rede psicoassistencial. (Trecho registrado em vídeo, retirado do Relato de Ivan na Tenda de Educação em Saúde Popular)

Cirilo, ativista da luta antimanicomial no Amapá, foi usuário do serviço, se insere no CAPS a partir de uma abordagem do Consultório de Rua. Na época, estava dependente químico, tinha se internado em uma comunidade terapêutica, mas foi para as ruas fugindo da “terapêutica” punitiva e evangelizante. Ele conta em uma Oficina de Cidadania, como ocorreu sua entrada na luta antimanicomial, e o que aparece como ponto importante no seu processo de tratamento e cuidado. As oficinas eram encontros com a presença de uma psicóloga nos quais era destrinchada ponto a ponto a lei da Reforma Psiquiátrica e suas portarias, para que sujeitas e sujeitos ali soubessem de seus direitos, da sua importância para o serviço e compreendessem a história de lutas de trabalhadores, familiares

e usuários da saúde mental para que esses espaços e direitos existam, reforçando-se que ainda é necessário lutar para assegurar sua permanência e ampliação.

Cirilo conta como andava com as portarias debaixo do braço, batia na porta de vereadores, de prefeitos, e no Ministério Público, e relata como era exaustivo estar solitário nessa jornada. A partir desse sentimento compartilhado em sua narrativa, Cirilo busca tentar engajar outras pessoas. Ele conta que o trabalho dele hoje é de conscientizar a população. Embora esteja um pouco desacreditado nesse sistema de representatividade, ele acredita na comunidade. Acredita que a mudança é a mudança na sua comunidade, que corre no seu espaço.

Ele considera que a Luta é sobre se sentar em uma rua e conversar com as pessoas, com respeito e escuta, porque alguém um dia se sentou ali e conversou com ele. Por isso, as Oficinas de Cidadania são parte fundamental de sua aposta, porque elas envolvem um processo de desenvolvimento de senso crítico, reconhecimento de direitos e empoderamento político. De acordo com o interlocutor, as pessoas que usam esses serviços precisam demandar, uma vez que é direito destas, por “o Estado não está fazendo nenhum favor ofertando esses serviços” (Cirilo, entrevista à pesquisadora). No caso de Cirilo, portanto, as narrativas além de adquirirem uma importância de produção de reconhecimento em sua própria trajetória, também são mobilizadas por ele para reforçar o sentido da ação do movimento e motivar o engajamento de seus colegas.

O compartilhamento de histórias possibilita a identificação com a história do outro, aprendizados ou acolhimento na escuta atenta. O ato de contar e refletir sobre a sua própria história a partir das referências da Luta, porém, pode fortalecer o engajamento do próprio narrador. Como Maria me conta:

Acho que o que me move, e não moveram meus colegas de trabalho, que estão se movendo tardiamente, (...) foi a minha história de vida. Eu acho que a gente tem que olhar para nossa história de vida. E ela influencia muito na nossa atuação como adultos no futuro. Eu sou nordestina, eu fugi de casa, eu nasci e fui criada em casa de taipa. Eu vi toda a violência, de um prefeito de uma prefeita contra o povo pobre, né. Eu trabalhei em campanhas para prefeita e eu ia para zona rural e vi o tamanho da miséria que era. Então, sabe, eu sei quando uma pessoa com

problema mental é jogada na rua e as pessoas a escorraçarem com ela - a louca. Eu tenho muitas experiências de vida que eu só fui entender quando esse professor me estendeu a mão. Que eu fui interligando, sabe? [...]. Então é minha experiência de vida. Experiência de vida de entender que quando os seus pais estão tapando a parede com barro na chuva forte, entender que eles não estão se ligando e nem se importando com o problema, mas eles querem resolver o problema, porque eu precisava dormir enquanto a chuva ia levando a nossa casa. Então, nossa história de vida influencia totalmente. E é o que me dá força. Porque eu falo, aqui, eu moro em São Matheus. Eu olho São Matheus, eu vejo o Nordeste. Eu vejo um povo resiliente. Porque mesmo com o pouco que eles têm, com esse pouco eles fazem muito. E estar aqui é estar no Nordeste, para mim, porque é um lugar que eu levo na alma e no coração. Tanto que para mim a minha referência é a Nise. A Nise da Silveira é minha referência. Então o que me dá força tanto é minha história e minha identificação com meu povo, né, estar com eles (Maria, entrevista com a pesquisadora).

Esse trecho de sua fala é importante, porque ele demonstra como ela dá um novo sentido as vivências por ela e pelos seus experienciadas em sua terra a partir de sua experiência de militância, criando conexões com as opressões e negligências com as que encontra e percebe em São Paulo, nas comunidades e nos dispositivos de saúde. E através desse novo sentido dado à própria história nessa narrativa, sentido esse que possui um significado identidade coletiva, se produz afetividade e mobilização para ação.

Ela me conta que devido ao cenário da pandemia do coronavírus, ela decidiu se afastar das reuniões do CAPS, para direcionar seu ativismo na comunidade na qual está inserida. Segundo seu relato, ela aponta que, frente à angústia que estava sentido devido ao cenário político e social, se engajar na associação foi sua forma de ter saúde mental:

“São Matheus em Movimento” é uma associação, junto com a “Favela Galeria”, que é um espaço de arte e cultura, onde eles fazem e dão cursos gratuitos para comunidade da Vila Flávia, região de São Matheus aqui, onde eles podem alcançar. E diante da pandemia, parou tudo. Então, pensando nisso, de uma forma espontânea, se juntaram essas pessoas que eram professores voluntários, educadores, artistas. Se juntaram para ir em busca de arrecadação de cesta, alimento, produto de higiene para distribuir para comunidade. E aí na primeira doação foi que eu descobri esse espaço e eu quis engajar. E a gente foi se tornando um coletivo, se organizando para atender o máximo de pessoas (...). Eu conheci porque minha angústia de ficar parada

em casa estava me matando, porque eu queria fazer, e a raiva de tudo paralisando, e o desespero. E aí, através de um movimento eu conheci aqui, e aqui eu fiquei. (...) Eu acho que aqui é minha forma de saúde mental, sabe? Eu não deixo minha terapia e tal, mas eu preciso, eu tenho muita energia de luta. Então eu preciso colocar em algum lugar. E “São Matheus em Movimento” nesse momento faz com que eu coloque toda minha energia. Eu tive que me afastar do meu filho, né, porque tanto que eu estou na área da saúde como estou aqui, então eu optei por ficar longe dele pra esperar isso passar. É uma solidão, né. É cruel. Esse momento que eu estou passando eu estou conseguindo ver tanta coisa que eu nunca imaginaria. É um momento crucial na minha vida, de entender um CAPS, de entender uma relação... Está sendo uma experiência, que provavelmente eu não vou sair a mesma, muita coisa em mim morreu. Não vou sair a mesma mais (Maria, entrevista à pesquisadora).

Esses trechos retirados da entrevista de Maria demonstram como ela reconstrói algumas experiências de sua vida a partir desse novo olhar que encontra durante esse percurso na Luta Antimanicomial e, a partir dessa perspectiva, ela é mobilizada pela afetação frente a essas histórias e a esse olhar. É no seu fazer ativista que ela encontra uma forma de redirecionar essa revolta, ou ressignificar no que ela chama de sua “saúde mental”.

Nesse oriente em que narrativas são contadas para gerar identificação e aprendizado interpessoal, Ivan relata como essas trocas que resultam em fortalecimento interno e nessa construção de sentimento de comunidade:

Por exemplo, você é um profissional. “Nossa, existem outros profissionais que passam o que eu passo! Existem outros profissionais que passam as dificuldades que eu passo”. Eu mesmo quando ia, por exemplo, A algumas reuniões e aí eu via algum familiar falando e “Nossa eu já passei por isso”. E eu tinha possibilidade de dizer “Olha continua, busca tal serviço”. Essa troca é muito importante. Mas, assim, quando eu falo que a gente precisa melhorar enquanto coletividade é o para fora. Mas eu vejo que a nossa relação interna, por mais que às vezes tenha uma pessoa com uma postura assim, uma pessoa com tal dificuldade ela, é muito boa, porque ela nos fortalece querendo ou não. Esse sentimento de “Poxa eu passo por tanta dificuldade e ele também” “Olha, posso fazer assim”. Tem muita troca, por exemplo, de profissionais que às vezes a rede não funciona, mas a relação entre os profissionais funciona (Ivan, entrevista à pesquisadora).

A fala de Ivan aponta para esse “fortalecimento interno” baseado na identificação mútua a partir do compartilhamento de narrativas. Ao dizer “às vezes a rede não funciona, mas a relação entre os profissionais funciona” Ivan chama atenção para essa micropolítica, para a relação que pode ser transformadora. Mas sem romantizações, reforça a necessidade desse movimento do ato político, de educação em cidadania, do debate com quem compõe os serviços. Assim, indica que o compartilhamento e o contato com “outras histórias” precisam ser ampliados.

Então assim, né... Se a gente não tiver esse olhar amplo... E aí volta aquela questão, né. O nosso coletivo. Para quem a gente se diz representar. E aí você tem milhões de perfis de pessoas ainda mais se tratando de Brasil... E se eu não tiver esse olhar, esquece cara. Você vai ficar perdido dentro da luta. É uma militância vazia, uma militância teórica. Aquela coisa acadêmica mesmo. Muitos usuários criticam inclusive e são as pessoas que debatem, falam e tal. E aí o que isso representa? (...) Uma boa fala é o Cirilo mesmo. E eu falando e ele “Pô, isso mesmo”. Porque, o que acontece? Eles se sentem representados mesmo nessas coisas que eu falo, porque você tem que fazer a diferença na vida das pessoas que você diz que representa. Se não fizer, não vai fazer sentido nenhum você trabalhar brigando, falando sobre a RAPS, sobre o que é uma vivência terapêutica. Tá, mas e aí, quando isso vai chegar às pessoas? O que que a gente pode fazer pelas pessoas hoje? O que que está acontecendo com acesso à medicação durante a pandemia? O que acontece com um usuário que chega em um CAPS e só quando ele chega lá na porta ele descobre que o serviço que estava agendado para ele não vai ter? O que que esses familiares vão fazer? O que que esse familiar vai fazer com essas pessoas com a RAPS fragilizada e com diminuição do acesso ao serviço? O que eles estão tendo que fazer dentro de casa para as pessoas em surtos, que além de tudo, também vão ter menos acesso à medicação? Então é isso que a gente tem que estar discutindo agora. E a gente está discutindo? (Ivan, entrevista com a pesquisadora).

Ivan, além de profissional, é familiar na luta antimanicomial. Reforça sempre em seu discurso a necessidade desse protagonismo e da participação popular, pois seria através dessas histórias que o sentido da luta se daria. A partir dessa perspectiva, procura alertar as frentes do movimento acerca da responsabilidade dessa representação.

É como Domenico Hur aponta, nem todos os movimentos sociais são movimentos nômades. Não se trata apenas de sustentar um discurso

antimanicomial, é preciso estar em ato, com corpo para ser afetado e escuta atenta! É reconhecer que não se sabe sobre alguém, e como diz Maria: sentar e escutar.

Todas as falas têm em comum uma percepção de garantia dos direitos humanos, uma percepção orientada pela liberdade. A Luta Antimanicomial não denuncia apenas as instituições físicas de dominação e opressão dos corpos, denuncia também os dispositivos discursivos através do qual mantêm-se e são reproduzidas violências e alienações. Compreendendo o adoecimento psíquico como produto da sociedade dominante, o fazer antimanicomial é coletivo e perpassa um cuidado em autonomia, educação e liberdade. Histórias como a de Maria e Cirilo demonstram como a inserção na Luta possibilitou uma construção de uma nova percepção para vivências de suas próprias histórias. Essa “conscientização política” é central, como Graça aponta ao indicar que a participação no movimento social faz parte da clínica do serviço.

Como são operadas as narrativas dentro da luta antimanicomial? Em diálogo com as experiências de campo, percebo que são as narrativas dessa luta são de humanização, cuidado e engajamento coletivo. O ato de contar sua própria história é simbólico para os corpos desviantes. Suas histórias recusam o lugar demarcado no imaginário colonial capitalista e afirmam suas existências, histórias e demandas. No ato da escuta, podemos aprender com a experiência do outro, criar novas interpretações para as nossas próprias experiências, gerando sentimentos como raiva ou empatia, o que pode reforçar o engajamento e sentido de agência dos atores. No ato da escuta, também acolhemos quem fala, reconhecemos sua existência, suas dores e possibilidades. A partir dessa circularização de histórias de protagonismo e representação, percebemos que as narrativas constituem, apresentam e fomentam o fazer antimanicomial. Esse cuidado proposto, esse fazer, está nas narrativas que circulam e produzem ensinamentos e aprendizados, envolvendo processos de fortalecimento mútuo coletivo e individual, locais e político que podem apresentar orientes de mundos e relações outras possíveis.

Em suma, portanto, destaco quatro efeitos do compartilhamento de histórias pelas integrantes da Luta. Em primeiro lugar, o ato de contar sua própria história de sua própria maneira produz um efeito autorreconhecimento, um processo ao mesmo tempo terapêutico e político de reconhecimento de corpos

desviantes e retomada da autoimagem dos usuários e demais que integram a luta. Maria, por exemplo, me narra as histórias de modo incisivo e rápido, como quem tem muito a falar e pouco tempo a perder. Seu encontro com a luta antimanicomial, esse aprendizado de teoria e prática, a fez passar dessa consciência construída pelas normas e discursos coloniais e, de modo crítico, se compreender como inserida em dinâmicas de relação de poder. A partir disso, na militância e em seu fazer profissional, ela parece conseguir dar vazão aos afetos que experiencia. Sua entrevista e as histórias mobilizadas por ela me apresentam suas percepções e ideologias, atreladas a sua história de vida e essa sua “virada de chave” em relação a sua compreensão de si e de mundo. O conceito de autorrecuperação de hooks se torna vivências nos relatos de Maria.

Em segundo lugar, o ato de escutar histórias é visto como parte essencial das próprias práticas antimanicomiais dos profissionais, já que possibilita a eles uma abertura para a diferença e para indicar caminhos possíveis de cuidado com os sujeitos. Através de histórias ensina-se e aprende esse *modus operandi* do grupo. Éticas e valores são passados, seus modos de cuidado, de relacionar.

Em terceiro lugar, o compartilhamento de histórias produz efeitos de engajamento, tanto para quem fala, quanto para quem escuta, tanto no processo terapêutico, quanto na luta política. Ao compartilhar histórias que ressaltam a importância da Luta na vida dos usuários, ativistas reforçam a importância da manutenção do ativismo em um momento de ataques às políticas por eles defendidas. Ao contarem e reinterpretarem a própria história a partir da ótica do movimento e em conexão com companheiros de luta, ativistas identificam em sua própria trajetória as motivações para o engajamento político.

Finalmente, em quarto lugar, o compartilhamento de histórias produz um sentido construção de comunidade, ou essa identificação mútua entre os sujeitos, suas experiências e seus sentimentos produzindo aquilo que Ivan denomina de “fortalecimento interno”, a partir da produção de vínculos de identidade e solidariedade entre os sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociologia dos movimentos sociais, principalmente as leituras que colocam no centro as emoções, já apontavam como os afetos eram importantes para a manutenção da agência, modos de desenvolver outros olhares para o mundo, processos de identificação e solidariedade.

A possibilidade de entrar no campo e vivenciar a experiência coletiva da Luta Antimanicomial enquanto parte de tal coletividade foi algo que abriu espaço para que eu pudesse me deparar e me inquietar com movimentos ricos e sutis que emergiram nesses encontros da Luta. A forma como os ativistas mobilizam suas histórias foi uma delas. Na luta antimanicomial, as narrativas são

mobilizadas. De um modo interessante, uma vez que a lógica manicomial atua, principalmente, através de um dispositivo discursivo, este que orienta olhares, intervenções e políticas públicas e iniciativas privadas.

As narrativas ali possuem um espaço central, não somente por serem contra-narrativas. Mas principalmente porque o direito de erguer a voz e ter sua fala legitimada por ouvintes foram negados a esses corpos, justamente por estes já serem estigmatizados e localizados nessa fábula colonial. Os sujeitos que ali falam foram há muito silenciados e violentados por uma dita cientificidade, negligenciados pelo Estado, e responsabilizados por suas próprias condições. No movimento antimanicomial, experimentam, enfim, a possibilidade contar suas trajetórias, e estas serem de fato escutadas – não mais reduzidas à loucura. As narrativas muitas vezes contam trajetórias de violência, contrastadas com os cuidados e afetos potentes que desenvolvem a partir das relações estabelecidas nos dispositivos da Rede de saúde e práticas emancipadoras e libertárias.

É importante que aqui o leitor entenda a sutileza dos movimentos antimanicomiais e quão grande é seu peso simbólico. Os hospitais psiquiátricos significavam um espaço de higienização para a sociedade, um endereçamento para todos aqueles que estavam fora da norma social. Todos os corpos desviantes à moral da época eram ali depositados. Assim, os sujeitos que experienciaram esse tipo de “cuidado” foram, na verdade, vítimas de séries de violências físicas e psíquicas em nome de uma dita normatividade dessa ordem colonial-capitalística. Hoje há muito, o manicômio deixa de ser entendido enquanto espaço físico, arquitetura, e se torna lógica, uma ordem discursiva que opera em prol da normatização dos sujeitos, e deslegitimação de toda e qualquer diferença.

Assim, o fato de poder contar aquelas histórias naquele espaço significa a retomada de suas vozes e histórias. É o direito de existir e falar por si. O que a luta antimanicomial propicia é um outro modo de ser e de se relacionar, buscando romper com os engessamentos produzidos pelo saber científico moderno – colonial. A luta antimanicomial pega a loucura e ressignifica essa palavra, como outros grupos, vira o jogo e coloca em questão a normatização dos corpos.

Marcando outro movimento, a luta antimanicomial busca operar no sentido de uma clínica política coletiva. Fui afetada pelos espaços de fala e

escuta e percebi que através deles se opera um rico processo de aprendizagem interpessoal entre indivíduos e coletivo, onde são reorganizadas percepções – de mundo e de si - e afetos – dando vazão a angústias e ao uso político aos afetos. As histórias compartilhadas comigo através de entrevistas ou de encontros, são dessas histórias que nos ajudam a organizar o próprio fato aqui apresentado. Essa clínica, como Graça pontua, busca através das falas e da escuta ativa retomar a humanização desses sujeitos, que por muito não existiu, e seu direito de exercer suas potências, seus direitos políticos, afetivos e econômicos. Também busca superar a visão ingênua de mundo, aquela que advém da alienação colonial, e promover uma visão mais ampla, mais crítica e questionadora do mundo e de si.

Assim, a luta antimanicomial caminha para o que Hur vai chamar de movimentos sociais nômades. É um processo de fortalecimento mútuo entre sujeito e coletivo, uma experiência de aprendizagem que se dá no ato, se atualiza no fazer destes. Não se trata de romantizar o movimento, como se ele operasse sempre em uma utopia libertária. Os próprios entrevistados apontam momentos nos quais caem nas armadilhas coloniais ou reproduzem relações de poder. Entretanto, isso é reconhecido e é agenda de atuação e intervenção. Eles não se dão por vencidos.

Se esse trabalho se propõe, a princípio, observar como opera a dinâmica de Trabalho Emocional na Luta Antimanicomial, o que as imersões em campo vão me apontando é para a potência dos espaços de fala e escuta. Algo que é interessante é que esses espaços são mais uma dinâmica de operar do que o próprio espaço concreto. “O microfone está aberto para a gente se escutar”. As narrativas não são apenas mobilizadas na luta antimanicomial, elas fazem parte do fazer antimanicomial, através dos atos de escuta, acolhimento, o direito e o ato político da fala. Como Graça aponta, faz parte da clínica do serviço. Não é uma clínica de tutela, mas que promove autonomia e liberdade. O que bell hooks vai chamar de autorrecuperação, essa passagem de objeto para sujeito, implicação crítica no mundo.

Esse trabalho propõe análises parciais, devido às condições de pesquisa que são estabelecidas nesse cenário pandêmico, e que exigem investigações posteriores. Mas ainda se mostra potente para disparar outros movimentos e agendas de pesquisa, apontando como a dinâmica afetiva do compartilhamento

de narrativas produz algo além de engajamento na luta, mas também uma espécie de revolução de si (ou do desejo, na perspectiva de deleuziana) e a partir dessa potência, produz subjetividades libertárias.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Loucos pela Vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração, 2013.

BARROS, Regina Benevides de. **Grupo**: a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota técnica nº 11/2019 CGMAD/DAPES/SAS/MS**. Brasília, 2019.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas**. Brasília DF: CFP, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Relat%C3%B3rio-da-Inspe%C3%A7%C3%A3o-Nacional-em-Comunidades-Terap%C3%AAuticas.pdf>. Acesso em: 20/04/2020

DAVID, Emiliano de Camargo. **Saúde mental e racismo**: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa**: filosofia prática; São Paulo: Escuta, 2002.

EINWOHNER, Rachel L. Motivational Framing and Efficacy Maintenance: animal rights activists use of four fortifying strategies. **The Sociological Quarterly**, [S.L.], v. 43, n. 4, p. 509-526, set. 2002.

ENCONTRO DE BAURU, 30 ANOS DE LUTA ANTIMANICOMIAL, 2017, Bauru. **Carta de Bauru – 30 anos**. Bauru: [S.N.], 2017. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/12/CARTA-DE-BAURU-30-ANOS.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. Organização e tradução de: Roberto Machado.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. Tradução de: Maria Ermantina Galvão.

GOODWIN, Jeff; PFAFF, Steven. Emotion Work in High-Risk Social Movements: managing fear in the U.S. and east german civil rights movements. In: GOODWIN, Jeff *et al.* **Passionate Politics**: emotions and social movements. Chicago: The University Of Chicago Press, 2001. p. 282-302.

GOODWIN, Jeff; JASPER, James M. Emotions and Social Movements. **Handbooks of Sociology And Social Research**, [S.L.], p. 611-635, 2006. Springer US. http://dx.doi.org/10.1007/978-0-387-30715-2_27.

GRAVANTE, Tommaso; POMA, Alice. Manejo emocional y acción colectiva: las emociones en la arena de la lucha política. **Estudios Sociológicos de El Colegio de México**, [S.L.], v. 36, n. 108, p. 595-618, 6 ago. 2018. El Colegio de Mexico, A.C.. <http://dx.doi.org/10.24201/es.2018v36n108.1612>.

GRAVANTE, Tommaso; POMA, Alice. Emociones, trauma cultural y movilización social: el movimiento por las víctimas de ayotzinapa en México. **Perfiles Latinoamericanos**, [S.L.], v. 27, n. 53, p. 1-23, 1 jan. 2019. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Mexico (FLACSO). <http://dx.doi.org/10.18504/pl2753-007-2019>.

HOCHSCHILD, Arlie R. **The Managed Heart**: The commercialization of human feeling. Berkely: University of California Press, 1983.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017. Tradução de: Marcelo Brandão Cipolla.

HOOKS, Bell. **Erguer a Voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019. Tradução de: Cátia Bocaiuva Maringolo.

HOOKS, Bell. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2020. Tradução de: Bhuvli Libanio.

HUR, Domenico Uhng. **Psicologia, política e esquizoanálise**. Campinas: Alínea, 2019.

JASPER, James M. The Emotions of Protest: affective and reactive emotions in and around social movements. **Sociological Forum**, [S.L.], v. 13, n. 3, p. 397-424, 1998. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1023/a:1022175308081>.

JASPER, James M. Emotions and Social Movements: twenty years of theory and research. **Annual Review Of Sociology**, [S.L.], v. 37, n. 1, p. 285-303, 11 ago. 2011. Annual Reviews. <http://dx.doi.org/10.1146/annurev-soc-081309-150015>.

JASPER, James M. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. Tradução de: Carlos Alberto Medeiros.

LOPES, Luiz Paulo da Moita; FABRÍCIO, Branca Falabella. Discurso como arma de guerra: um posicionamento ocidentalista na construção da alteridade. Delta: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, [S.L.], v. 21, p. 239-283, 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-44502005000300013>.

NOGUERA, Renato. **Por que amamos**: o que os mitos e a filosofia têm a dizer sobre o amor. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2020.

PASSOS, Rachel Gouveia; PEREIRA, Melissa de Oliveira (orgs.). **Luta antimanicomial e feminismos**: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

POLLETTA, Francesca. **It was like a fever**: Storytelling in Protest and Politics. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

POMA, Alice; GRAVANTE, Tommaso. Emociones, identidad colectiva y estrategias en los conflictos socioambientales. **Andamios, Revista de Investigación Social**, [S.L.], v. 15, n. 36, p. 287, 12 abr. 2018. Universidad Autonoma de la Ciudad de Mexico. <http://dx.doi.org/10.29092/uacm.v15i36.611>.

REGER, Jo. Organizational “Emotion Work” Through Consciousness-Raising: an analysis of a feminist organization. **Qualitative Sociology**, [S.L.], v. 27, n. 2, p. 205-222, 2004. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1023/b:quas.0000020693.93609.6c>.

ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição**: Notas para uma Vida Não Cafetinada. São Pauli: N-1 edições, 2018.

TARROW, Sidney. **Poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Nova York: Random House, 1978.

II CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES EM SAÚDE MENTAL, 1987, Bauru. **Manifesto de Bauru**. Bauru: [S.N.], 1987. Disponível em: <http://laps.ensp.fiocruz.br/arquivos/documentos/14>. Acesso em: 14 abr. 2020.

XI ENCONTRO NACIONAL DO MOVIMENTO DA LUTA ANTIMANICOMIAL, 2019, São Paulo. **Carta de São Paulo**. São Paulo: [S.N.], 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/mnlaemluta/photos/a.1554163108240527/2512608709062624/?type=3&theater>. Acesso em: 20 mar. 2020.